

**Informações Contábeis Intermediárias
(não auditadas)**

Multiner S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis
Intermediárias



Sao Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para conclusão com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no saldo registrado no balanço patrimonial naquela data bem como no montante de R\$95.109 mil em 30 de junho de 2018, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício e período findo naquelas datas.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às as informações contábeis intermediárias, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Conclusão com ressalvas sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às informações contábeis intermediárias, que indica que no período findo em 30 de junho de 2018 o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$24.597 mil e R\$1.089.148 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.432.825 mil, bem como patrimônio líquido negativo individual e consolidado de R\$33.081 mil e R\$66.129 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de



1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para conclusão com ressalvas" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de janeiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Multiner S.A.
Balances patrimoniais
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.611	1	42.192	16.519
Contas a receber	6	-	-	138.504	149.423
Tributos a recuperar	8	2.167	2.761	40.605	30.431
Arrendamento mercantil	10	-	-	15.805	15.289
Estoque	16	-	-	20.938	16.680
Adiantamentos a fornecedores	7	493	238	21.805	7.216
Outros créditos	21	272	61	3.977	3.769
Total do ativo circulante		11.543	3.061	283.826	239.327
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	633	31	110.553	103.485
Arrendamento mercantil	10	-	-	155.847	163.864
Contas a receber	6	-	-	28.861	64.298
Depósitos judiciais		182	182	499	499
Depósitos vinculados	11	734	-	100.416	101.140
Partes relacionadas	9.b	609.693	661.680	533.269	528.630
Adiantamentos a fornecedores	7	103	103	427	427
Intangível	13	6	6	123.935	128.874
Imobilizado	15	379	346	743.659	765.588
Bens disponíveis para venda		-	-	2.432	2.463
Propriedades para investimento	12	4.328	4.328	4.328	4.328
Outros créditos	21	5.227	3	4	3
Total do ativo não circulante		621.285	666.679	1.804.230	1.863.599
Total do ativo		632.828	669.740	2.088.056	2.102.926

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	668.059	632.517
Debêntures	19	7.504	7.052	7.504	7.052
Fornecedores	17	1.267	828	237.115	226.843
Obrigações sociais e trabalhistas		683	536	1.166	990
Obrigações tributárias	18	11.197	9.120	28.920	15.569
Outras obrigações	21	15.489	16.910	430.210	433.486
Total do passivo circulante		36.140	34.446	1.372.974	1.316.457
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	630.765	650.343
Obrigações tributárias	18	36	1.190	51.155	54.414
Provisão para demandas judiciais	23	16	16	14.006	14.006
Partes relacionadas	9.b	4.266	36.566	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	20	-	-	23.341	22.356
Outras obrigações	21	-	-	52.774	56.246
Provisão para perda de investimentos	14	625.451	584.649	9.170	8.428
Total do passivo não circulante		629.769	622.421	781.211	805.793
Patrimônio líquido					
Capital social	22	855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital	22	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.432.825)	(1.386.871)	(1.432.825)	(1.386.871)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (passivo a descoberto)		(33.081)	12.873	(33.081)	12.873
Acionistas não controladores		-	-	(33.048)	(32.197)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(33.081)	12.873	(66.129)	(19.324)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		632.828	669.740	2.088.056	2.102.926

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
24	-	-	43.195	99.624	-	-	19.662	36.683
25	-	-	(31.386)	(60.372)	-	-	(12.504)	(21.248)
	-	-	11.809	39.252	-	-	7.158	15.435
26	(1.863)	(1.992)	(7.155)	(13.799)	(3.334)	(6.038)	(6.242)	(13.984)
14	(31.200)	(40.802)	(378)	(742)	1.887	(22.596)	4.362	(3.529)
	(33.063)	(42.694)	(7.512)	(14.420)	(1.448)	(28.634)	(1.812)	(17.444)
	(33.063)	(42.694)	4.297	24.832	(1.448)	(28.634)	5.346	(2.009)
27	(1.917)	(5.041)	(51.456)	(95.584)	(660)	(4.813)	(15.793)	(45.791)
27	903	1.781	10.612	21.975	13.870	29.936	18.415	39.926
	(1.014)	(3.260)	(40.844)	(73.609)	13.210	25.123	2.622	(5.865)
	(34.077)	(45.954)	(36.547)	(48.777)	11.762	(3.511)	7.968	(7.874)
28	-	-	(22)	(2.117)	(2.151)	(4.117)	(2.151)	(4.117)
28	-	-	921	1.843	-	40.396	3.724	44.120
28	-	-	23	2.246	-	-	-	-
	(34.077)	(45.954)	(35.625)	(46.805)	9.611	32.768	9.541	32.129
	(34.077)	(45.954)	(34.077)	(45.954)	9.611	32.768	9.611	32.768
	-	-	(1.548)	(851)	-	-	(70)	(639)
22	(0,00221)	(0,00298)	(0,00221)	(0,00298)	0,00045	0,00153	0,00045	0,00153
	(0,00176)	(0,00238)	(0,00176)	(0,00238)	0,00050	0,00169	0,00050	0,00169
	(0,00174)	(0,00235)	(0,00174)	(0,00235)	0,00049	0,00167	0,00049	0,00167
	(0,00172)	(0,00232)	(0,00172)	(0,00232)	0,00049	0,00166	0,00049	0,00166
Atribuível a:								
Acionistas controladores								
Acionistas não controladores								
Resultado por ação básico								
Ação ordinária								
Ação preferencial – Classes A e B								
Ação preferencial – Classe C								
Ação preferencial – Classe D								

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	(34.077)	(45.954)	(35.625)	(46.805)	9.611	32.768	9.541	32.129
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(34.077)	(45.954)	(35.625)	(46.805)	9.611	32.768	9.541	32.129
Atribuível a:								
Acionistas controladores	(34.077)	(45.954)	(34.077)	(45.954)	9.611	32.768	9.611	32.768
Acionistas não controladores	-	-	(1.548)	(851)	-	-	(70)	(639)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de não controladores	Total
	Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.501.464)	(101.720)	(18.628)	120.348
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	32.768	32.768	(639)	32.129
Saldos em 30 de junho de 2017	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.468.696)	(68.952)	(19.267)	(88.219)
	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de não controladores	Total
	Integralizado	A integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.386.871)	12.873	(32.197)	(19.324)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	(45.954)	(45.954)	(851)	(46.805)
Saldos em 30 de junho de 2018	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.432.825)	(33.081)	(33.048)	(66.129)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.954)	(3.511)	(48.777)	(7.874)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	40.802	22.596	742	3.529
Juros ativo sobre operações de mútuo	(1.749)	(29.870)	(4.773)	(28.074)
Juros passivo sobre operações de mútuo	1.414	-	3.583	-
Encargos sobre operações de mútuo	(4.319)	207	(3.622)	33.972
Multas de empréstimos e financiamentos	-	-	23.232	-
Encargos sobre as debêntures	452	407	452	407
Variação monetária	-	-	2.713	-
Juros de empréstimos e financiamento - CCBs	-	-	48.579	-
Amortização do custo de captação	-	-	953	-
Depreciação e amortização	24	16	27.210	17
Perdas de créditos financeiros	225	91	225	91
Provisão (reversão) para contingências e outros	-	(687)	-	528
Atualização de provisão para desmobilização	-	-	985	-
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	(5.972)	7.073
Amortização do arrendamento mercantil	-	-	13.491	671
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros	-	-	(36.469)	(2.874)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	46.356	(12.222)
Tributos a recuperar	(8)	(1.740)	(17.242)	(8.480)
Despesas antecipadas	(208)	(295)	(368)	151
Adiantamentos a fornecedores	(255)	(199)	(14.589)	(1.860)
Estoque	-	-	(4.258)	405
Bens disponíveis para venda	-	-	31	-
Outros ativos	(5.227)	(1)	(5.064)	(2.834)
Fornecedores	439	(3.015)	10.272	2.678
Obrigações sociais e trabalhistas	148	32	62	204
Obrigações tributárias	923	544	12.181	(1.973)
Outros passivos	(1.421)	539	(1.781)	3.827
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(14.714)	(14.886)	48.152	(12.638)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(57)	(34)	(107)	(33)
Depósitos vinculados – conta reserva	(734)	-	724	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(791)	(34)	617	(33)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(8.454)	(16.102)	(10.169)	(3.570)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	15.033	19.481	-	19.688
Empréstimos captados com partes relacionadas	17.536	16.317	57.299	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(4.767)	(70.226)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	24.115	14.929	(23.096)	16.118
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	8.610	9	25.673	3.447
Saldo no início do período	1	3	16.519	282
Saldo no final do período	8.611	12	42.192	3.729

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas	100	566	131.636	62.412
Venda de energia	-	-	131.536	61.725
Outras receitas	100	566	100	687
Insumos adquiridos de terceiros	(651)	(2.767)	(42.117)	(27.300)
Serviços de terceiros	(591)	(2.458)	(31.410)	(18.718)
Materiais, energia e outros	(60)	(309)	(10.707)	(7.365)
Perda/recuperação valores ativos	-	-	-	(52)
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	(1.165)
Valor adicionado bruto	(551)	(2.201)	89.519	35.112
Retenções	(23)	(16)	(27.210)	(17)
Depreciação e amortização	(23)	(16)	(27.210)	(17)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(574)	(2.217)	62.309	35.095
Valor adicionado recebido em transferência	(39.021)	7.340	21.233	36.397
Resultado de equivalência patrimonial	(40.802)	(22.596)	(742)	(3.529)
Receitas financeiras	1.781	29.936	21.975	39.926
Valor adicionado a distribuir	(39.595)	5.123	83.542	71.492
Pessoal	557	1.298	140	3.466
Remuneração direta	(483)	-	(2.693)	1.536
FGTS	307	-	524	142
Benefícios	657	-	1.265	490
Honorários dos administradores	76	1.298	1.044	1.298
Tributos	766	(30.139)	31.635	(5.250)
Federais	766	(30.139)	13.167	(24.701)
Estaduais	-	-	18.468	19.451
Remuneração de capitais de terceiros	5.036	1.196	98.572	41.147
Aluguéis	4	437	3.015	1.992
Despesas financeiras	5.032	759	95.557	39.155
Remuneração de capitais próprios	(45.954)	32.768	(46.805)	32.129
Prejuízo líquido do período	(45.954)	32.768	(45.954)	32.768
Participação dos não controladores	-	-	(851)	(639)
Valor adicionado distribuído	(39.595)	5.123	83.542	71.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada em 2017 para a cidade de São Paulo - Brasil, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A., com 51,72% das ações ON, sendo 20,49% destas ações de titularidade da Brasilterm Energia S.A., uma entidade do Grupo Bolognesi. A Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP Multiner"), gerido pela Polo Capital Management, em substituição à Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui (i) usinas de geração de energia termoeletrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 236,8 MWh de capacidade instalada em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/ autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada				

Em 29 de maio de 2018, a Companhia, foi notificada pela CVM, através do Ofício CVM nº 300/2018/CVM/SEP ("Ofício"), acerca da suspensão de seu registro de companhia aberta e consequente vedação à negociação de valores mobiliários de sua emissão, em razão do descumprimento de obrigação consistente em atraso superior a 12 (doze) meses para o envio de informações periódicas à CVM. Referida suspensão veda a Companhia de negociar valores mobiliários de sua emissão em mercados regulados. Neste sentido, a Companhia vem trabalhando para finalizar os trabalhos e regularizar todas as informações em atraso.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, os Administradores da Companhia também foram notificados pela CVM para prestar esclarecimentos sobre respectivos atrasos. Neste sentido, os Administradores, em conjunto, e a Companhia já prepararam, com suporte de seus assessores jurídicos, e apresentaram à CVM, documento detalhado justificando os atrasos na entrega das informações tempestivamente.

1.1. Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, a (i) Brasilterm Energia S.A.; (ii) Bolognesi Energia S.A.; e (iii) Multiner Fundo de Investimento em Participação celebraram o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, tendo como intervenientes (iv) Multiner S.A.; (v) Bolognesi Engenharia Ltda.; (vi) Bolognesi Infraestrutura Ltda.; (vii) Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – (“Postalis”); (viii) Fundação Petrobras de Seguridade Social – (“Petros”); (ix) Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – (“Refer”); (x) Instituto Infraero de Seguridade Social – (“Infraprev”); (xi) Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – (“Fundiação”); e (xii) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – (“Faceb”). O Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização e de Financiamento foi o de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, conversão de dívida em capital, assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, e término da construção do parque eólico Alegria II, da investida NEO - à época em que foi celebrado - e conversão para gás da unidade geradora de propriedade da controlada RAESA.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia ainda não foram adimplidas pelas partes, tal como aporte de recursos e conversão de dívida em capital, o que pode colocar em risco a continuidade da Companhia e suas controladas. Contudo, em 2017 foi instaurada Arbitragem (Procedimento Arbitral CMA 520) submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) para entendimento entre as partes e busca de soluções de uma nova repactuação societária.

1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Pelo não cumprimento de parte das obrigações financeiras e não financeiras pela Companhia e sua controlada indireta RAESA com obrigações contratuais relativas a debêntures, empréstimos e financiamentos, a totalidade do saldo devedor desta investida referente a tais instrumentos financeiros encontra-se classificado em sua totalidade no passivo circulante. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, os credores das debêntures da Companhia estavam obrigados a votar favoravelmente a rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais de 240 (duzentos e quarenta) dias. Os credores das investidas RAESA e NEO também possuem obrigação de conversão de dívida em capital da Companhia e/ou da Mesa Participações S.A., entidade que faz parte do Grupo Bolognesi, quando ocorresse a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais Nível 2 da BM&FBovespa. A Diretoria da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dívidas já vencidas, bem como a conversão das dívidas em capital, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas.

1.3. Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia na época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIP (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada "*Greenfield*", foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, aquela mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

- (i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R\$ 60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R\$ 55 mensais;
- (ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;
- (iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;
- (iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e,
- (v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"). Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela BDO.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo inicial do trabalho, a BDO concluiu preliminarmente que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, relacionado ao processo de contratação de fornecedores e ausência de políticas claras de cotação e aquisição. Entretanto, a Companhia continuou trabalhando para atender as pendências apontadas no relatório inicial.

Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e em março de 2018 a Companhia recebeu o relatório final, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas Demonstrações Financeiras.

O relatório final da investigação independente, contratado pela Companhia, foi apresentado, em 03 de setembro de 2018 ao Ministério Público Federal.

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa a Companhia implementou a área de Compliance, com o intuito de demonstrar maior transparência e fortalecimento de seus controles internos. O "Programa de Compliance" instituído conta com a implementação de um Canal de Denúncias independente, formalização do Código de Ética e Conduta, atualização das políticas internas da Companhia, entre outras atividades que estão sendo estruturadas e previsto implementação para o próximo exercício.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Companhia formalizou a contratação da Kroll Associates Brasil Ltda. ("Kroll") para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com a Campos Inovação Engenharia & Construção Ltda., com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de validar os recursos investidos e aplicados na Companhia, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 32 eventos subsequentes, a Companhia recebeu o relatório final da Kroll durante o exercício de 2018.

1.4. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta passivo a descoberto individual de R\$33.081 (patrimônio líquido de R\$12.873 em 31 de dezembro de 2017) e passivo a descoberto consolidado de R\$66.129 (R\$19.324 em 31 de dezembro de 2017) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$1.432.825 (R\$1.386.871 em 31 de dezembro de 2017) e capital circulante líquido negativo individual de R\$24.597 (R\$31.385 em 31 de dezembro de 2017) e

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consolidado de R\$1.089.148 (R\$1.077.130 em 31 de dezembro de 2017), em virtude de, dentre outros motivos, parte do seu endividamento ter sido reclassificado em sua totalidade para o passivo circulante, em razão de pendência de aditamento da documentação relacionada às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando o efeito destes ajustes, a Companhia passaria a deter capital circulante positivo.

As principais subsidiárias da Companhia são entidades operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no passivo circulante com efeito caixa, fora as obrigações com partes relacionadas. Assim, estas informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes a 30 de junho de 2018, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR's.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 10 de janeiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitidas em 23 de outubro de 2018, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Determinados valores incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, aqui apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade.

3. Entidades do Grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	30/06/2018	31/12/2017
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO")	80,00%	80,00%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Combinação de Negócios realizada em estágios

A Multiner detém 80% de participação societária na Companhia New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"). Os demais 20% de participação societária pertencem à empresa Eólica Administração e Participações ("Eólica").

A NEO tem como atividade a geração de energia eólica a partir de seu parque eólico localizado em Guamaré/RN. A Capacidade instalada total é de 151,80 MW, dividida em duas Usinas de Energia Eólica ("UEE"):

UEE Alegria I – capacidade instalada de 51,15 MW com 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010;

UEE Alegria II – capacidade instalada de 100,61 MW com 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011;

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito de voto na New Energy, devido a cláusula do acordo firmado com a Eólica a Companhia não detinha o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais desta investida.

Durante o exercício de 2017, a Multiner passou a deter o controle da NEO em virtude da alteração do Estatuto Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de agosto de 2017, com Ata protocolada na JUCESP em 18 de outubro de 2017 (data esta que a Companhia considera determinante para a aquisição do controle).

Desta forma, a Multiner dada a caracterização do controle sobre a NEO passou a ter a necessidade da aplicação da consolidação integral em suas demonstrações financeiras, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36.

Tal obtenção de controle, mesmo que ocorrida com base na alteração do estatuto social da NEO, sem a transferência de contraprestação deve ser tratada de acordo com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 15 (R-1) uma vez que se caracteriza como uma combinação de negócios.

Para fins da Combinação de Negócios, foi elaborado por avaliador independente, o Laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) para avaliação do valor justo (*fair value*) dos ativos e passivos da New Energy assumidos pela Multiner.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos da NEO na data da aquisição:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	13.666
Contas a receber	19.877
Impostos a recuperar	68.480
Estoque	3.929
Depósitos vinculados	101.704
Partes relacionadas	20.458
Bens disponíveis para venda	2.317
Imobilizado	697.796
Imobilizado - Mais valia (i)	30.830
Intangível	1.061
Intangível – Contrato de energia (ii)	129.246
Outros ativos	2.235
	<hr/> 1.091.599
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(991.922)
Fornecedores	(2.473)
Obrigações trabalhistas	(106)
Obrigações tributárias	(8.450)
Provisão para desmobilização	(21.809)
Partes relacionadas	(73.308)
Provisão para demandas judiciais	(98)
Passivo contingente (iii)	(4.309)
Imposto diferido (iv)	(52.961)
Outros passivos	(19.292)
	<hr/> (1.174.728)
Total dos passivos assumidos	<hr/> (83.129)
Participação de não controladores mensurada a valor justo	16.626
Participação societária anteriormente detida	133.245
Ganho por compra vantajosa na aquisição de controle	66.742
Total da contraprestação	<hr/> -

A mensuração dos ativos intangíveis foi concluída e o laudo de avaliação preparado por avaliador independente resultou na identificação dos seguintes ativos adquiridos e passivos assumidos:

- (i) R\$30.830 referente a mais valia dos ativos fixos imobilizados existentes na data da avaliação, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos (tempo médio de 30 anos) existentes na data da avaliação.
- (ii) R\$129.246 referente a Intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia a serem amortizados até 2031, período do PPA.
- (iii) R\$4.309 referente a passivos de demandas judiciais com prognóstico de perdas possíveis cujo reconhecimento na data de aquisição é requerido pelo CPC 15, item 23.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) R\$52.961 referente a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da diferença existente entre base contábil e base fiscal quando do reconhecimento dos ativos e passivos identificados durante a combinação de negócios sem transferência de contraprestação. O saldo será amortizado no mesmo período de amortização dos ativos e passivos identificados que geraram este valor de imposto.

O valor justo das contas a receber de clientes na data de aquisição de controle era de R\$ 19.877. O valor bruto das contas a receber de clientes era de R\$ 22.755, o qual foi decrescido pela perda por redução ao valor recuperável esperada.

Desde a data da aquisição de controle até 31 de dezembro de 2017, a NEO contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$29.292 e um lucro líquido de R\$18.278. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, a Companhia teria apresentado uma receita líquida consolidada de R\$241.821 e um lucro líquido consolidado de R\$41.146.

Análise do fluxo de caixa da transação

Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	13.666
Fluxo de caixa da transação, líquido	13.666

Não foram incorridos custos relacionados a esta transação.

Controladas indiretas

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A ("RAESA") através do investimento em sua holding 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,03% em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Controladas em conjunto ("joint ventures")

Abaixo a controlada em conjunto da Companhia:

	Participação acionária	
	30/06/2018	31/12/2017
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações consolidadas e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A CEU possui sede localizada na avenida Almirante Barroso, 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu objeto social consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros.

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica, socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está em fase final de conclusão do projeto e o mesmo será apresentado para ANEEL que vai elencar no cronograma dos leilões.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na nota explicativa nº 14.

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As normas e interpretações emitidas e efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2018 são abaixo apresentadas:

4.1 Mudanças em políticas contábeis significativas adotadas a partir de 01 de janeiro de 2018

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9 e foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's.

Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não foi identificado impacto no reconhecimento e mensuração, sendo mantidos os métodos de valor justo ou custo amortizado atualmente já utilizados. Quanto às perdas por créditos de liquidação duvidosa, o IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39, porém, a Companhia não identificou impactos, dado ao histórico de seus recebimentos e o baixo nível de inadimplência.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS e foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou a avaliação de seus contratos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos da adoção do IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras intermediárias.

c) IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia não identificou aspectos relevantes para serem considerados quanto a aplicação deste pronunciamento.

4.2 Pronunciamentos contábeis emitidos que ainda não estão em vigor

d) Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) de contratos com clientes

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente. Em geral, a Companhia não espera um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras.

e) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia está avaliando o efeito potencial da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos e planeja divulgar as informações quantitativas antes da adoção, na demonstração financeira do exercício de 2018.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não existem outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	-	1
Bancos	1	1	30.352	11.854
Aplicações financeiras (i)	8.610	-	11.840	4.664
Total	8.611	1	42.192	16.519

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento, com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Estas aplicações são remuneradas a taxas de 83% a 105% do CDI em 31 de junho de 2018 (75% a 90% da CDI em 31 de dezembro de 2017).

6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	23.751	25.784
(-) Glosa de receita (iii)	(13.460)	(1.572)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	123.951	162.131
Centrais Elétricas Brasileiras (iv)	32.908	24.846
Outras contas a receber	3.744	5.411
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.529)	(2.879)
Total	167.365	213.721
Circulante	138.504	149.423
Não circulante	28.861	64.298

- (i) O saldo refere-se à venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada indireta RAESA. O montante de R\$23.751 em 30 de junho de 2018 refere-se ao faturamento de maio e junho de 2018 liquidado em julho e agosto de 2018. O saldo é composto por:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Faturamento de potência contratada	20.766	20.766
Faturamento O&M	2.985	5.018
Total	23.751	25.784

- (ii) O montante de R\$123.951 em 30 de junho de 2018 (R\$162.131 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos ressarcimentos da conta CCC - ISOL (Conta Consumo de Combustível Isolado), controlada anteriormente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e atualmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora S.A. (Petrobras), com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas.

Em dezembro de 2017, foi homologado pelo Superior Tribunal de Justiça o acordo extrajudicial celebrado pela Companhia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Eletrobrás, para recebimento de parte dos valores da conta CCC – ISOL. O acordo firmado foi no montante de R\$ 140.225 e é causa para extinção dos processos nº 2009.01.1.010243-8, 2009.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5. Do acordo realizado o montante de R\$70.085 encontra-se no curto prazo e R\$28.861 no longo prazo.

O saldo que contempla o passivo da Petrobras (conforme nota explicativa nº 17), continua com os autos aguardando conclusão. Diante disto, a Companhia entrou com mandado de segurança objetivando reaver as diferenças. Subsequentemente a Companhia buscará também reaver diferenças tributárias geradas nesta transação. O mandado de segurança foi julgado procedente, e determinou o pagamento com base nos valores da nota fiscal (emitidas pela Petrobras), e não pelo valor médio de consumo, afastando assim, a incidência das Resoluções Normativas nº 347/2009 e 427/2011 da ANEEL.

Em 2016, a Procuradoria Geral da União emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: "o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deveria ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009", porém, a Eletrobrás não honrou com a decisão judicial sob o argumento da falta de recursos. Em maio de 2017, a RAESA executou a Eletrobrás pelo descumprimento da decisão e o juiz abriu prazo para manifestação. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido e a Eletrobrás apresentou impugnação, seguida de manifestação da RAESA. Os Autos estão conclusos aguardando decisão.

- (iii) Refere-se à glosa do faturamento da controlada indireta RAESA, em função da indisponibilidade dos seus motores, devido à quebra de máquinas e adoção de plano de mitigação de risco quanto ao *cam effect*. A disponibilidade no mês foi de 49,84%, ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) de R\$ 441,96/MWh.
- (iv) O saldo refere-se à venda de energia da controlada NEO junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	2.978	2.208
Marine Power (i)	-	-	10.390	1.087
Wartsila (i)	-	-	3.772	2.303
MSHS – Motor Services	-	-	560	-
Siemens Ltda.	-	-	530	-
MSS – Monitoring Safety	-	-	367	-
Geislinger Corporation	-	-	-	161
Global Marine Power LLC (i)	-	-	282	87
DUAP Industries (i)	-	-	360	33
Dell Computadores	154	154	183	192
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Soenergy International (i)	-	-	106	119
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	324	324
Transdata Transporte Ltda.	-	-	-	142
Centuries Importação	-	-	91	97
ACI Services	-	-	238	92
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comercio S.A.	64	-	64	-
Outros	275	84	1.884	695
Total	596	341	22.232	7.643
Circulante	493	238	21.805	7.216
Não circulante	103	103	427	427

- (i) Referente a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada indireta RAESA.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
IRPJ (i)	507	501	53.900	52.815
CSLL (i)	160	158	19.540	18.704
IRRF	129	129	19.713	14.388
COFINS	1.495	1.495	44.467	39.242
PIS	240	240	9.468	8.350
IOF	269	269	415	415
Outros impostos a recuperar	-	-	3.655	2
Total	2.800	2.792	151.158	133.916
Circulante	2.167	2.761	40.605	30.431
Não circulante	633	31	110.553	103.485

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL apresentados referem-se a retenções realizadas na fonte, relativamente à controlada indireta RAESA, referente ao faturamento de competência de 2009 a junho de 2017. A Companhia concluiu o processo de análise dos créditos e já solicitou restituição dos valores via PERDCOMP's. A realização dos respectivos créditos tributários é esperada para os próximos exercícios, uma vez que a Companhia vem atuando para ajustar suas operações de modo que a mesma volte a ser superavitária auferindo assim impostos ao erário.

9. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal-chave da administração

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado na tabela abaixo:

	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Administradores (pró-labore)	942	1.728
Conselho de administração e fiscal	309	644
Total	1.251	2.372

b) Mútuos com partes relacionadas

As transações de mútuos entre partes relacionadas possuem como finalidade o fornecimento de capital de giro às entidades do Grupo, com o objetivo de manutenção das necessidades operacionais e de investimento das mesmas. Até 31 de dezembro de 2017, tais transações foram remuneradas por 105% do CDI, com exceção da Eólica Administração e Participação Ltda., New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. que foram remuneradas pela variação da SELIC, conforme negociação específica entre as partes.

Após 1 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas para os saldos em aberto junto a Bolognesi Energia S.A., Central Energética Palmeiras S.A. e Termelétrica Pernambuco III devido a Arbitragem instaurada para resoluções e

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

No mesmo período, a Companhia não remunerou o saldo das transações junto à Eólica Adm. e Part. Ltda. devido a negociação em andamento entre as partes.

A Companhia mantém o recolhimento dos impostos incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas.

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado		Taxas
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	
Eólica Adm. e Part. Ltda.	95.190	94.471	95.190	94.471	SELIC
Cia Energética do Uruguai S.A.	18.499	17.768	18.499	17.768	105% CDI
Termelétrica Itapebi S.A.	26.530	22.325	-	-	105% CDI
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	4.755	4.558	-	-	105% CDI
2007 Participações S.A.	50	29	-	-	105% CDI
Termelétrica Termopower VI S.A.	1.204	1.146	-	-	105% CDI
Termelétrica Termopower V S.A.	3.571	3.419	-	-	105% CDI
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	1.994	1.905	-	-	105% CDI
Bolognesi Energia S.A. (i)	322.068	319.620	322.068	319.620	105% CDI
NEO(ii)	34.970	73.308	-	-	SELIC
RAESA.(ii)	3.350	26.360	-	-	SELIC
Central Energética Palmeiras S.A.	64.646	64.155	64.646	64.155	105% CDI
Termelétrica Pernambuco III S.A.	32.866	32.616	32.866	32.616	105% CDI
Total	609.693	661.680	533.269	528.630	

Saldos passivos:

Conta corrente - mútuo

	Controladora		Taxas
	30/06/2018	31/12/2017	
RAESA	4.266	10.802	SELIC
NEO	-	25.764	SELIC
Total	4.266	36.566	

- (i) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., no valor de R\$152.459, os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

	30/06/2018	31/12/2017
Principal	144.676	144.676
Juros e IOF	131.462	129.361
Assunção de dívida	25.765	25.765
Juros e IOF	20.165	19.818
Total	322.068	319.620

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas, conforme descritas na nota Explicativa nº 19.b.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, há a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais são devidamente registrados e recolhidos.

A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A. Este valor era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.

- (ii) Foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a amortização extraordinária do saldo das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) de titularidade da Companhia, emitidas pela controlada indireta RAESA e pela controlada NEO, no montante dos saldos de mútuos entre as partes relacionadas e, posteriormente, o saldo remanescente em conformidade com a necessidade de caixa da Companhia, desde que de acordo com o orçamento aprovado previamente pelo Conselho de Administração. Nos seis meses findo em 30 de junho de 2018 as amortizações dos saldos a receber das CCBs são conforme seguem:

	NEO	RAESA
Saldos a receber das CCBs	73.308	23.360
Amortizações	(37.730)	(23.360)
Saldo a receber das CCBs	35.578	-

Reconhecimento de juros na demonstração do resultado (Despesa) - receita

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Bolognesi Energia S.A.	-	17.026	-	17.026
Eólica Adm. e Part. Ltda.	-	5.044	-	5.044
Central Energética Palmeiras S.A.	-	3.417	-	3.417
NEO	(826)	(128)	-	(128)
Termelétrica Pernambuco III S.A.	-	1.737	-	1.737
Cia Energética Uruguai - CEU	595	944	595	944
RAESA	(588)	37	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	782	1.009	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	153	239	-	-
2007 Participações S.A.	1	1	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	-	-	-	-
Termelétrica Trapiche I S.A.	-	-	-	-
Termelétrica Trapiche II S.A.	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	38	59	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	115	179	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	64	99	-	-
Total	334	29.663	595	28.040

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, a Companhia realizou pagamentos à Eólica Tecnologia Ltda., acionista não controlador da NEO, no montante de R\$435. Os pagamentos efetuados referem-se à arrendamento de terrenos onde estão instalados parte dos aerogeradores e linha de transmissão dos Parques Alegria I e Alegria II, e prestação de serviços de manutenção e correção preventiva.

10. Arrendamento mercantil

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, os equipamentos e edificações da controlada RAESA se caracterizam como um arrendamento

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixo das usina. A seguir, os critérios utilizados para embasar a operação como arrendamento mercantil:

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário Amazonas Distribuidora de Energia S.A. sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Os recebimentos mínimos futuros ajustados a valor presente, reconhecidos como arrendamento mercantil, são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Até 1 ano	15.805	15.289
Acima de 1 ano até 5 anos	96.312	93.575
Acima de 5 anos	59.535	70.289
Total	171.652	179.153
Circulante	15.805	15.289
Não circulante	155.847	163.864

11. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") da controlada NEO, firmados em garantias dos contratos de financiamentos das UEE Alegria I e Alegria II. As garantias visam assegurar o pagamento dos financiamentos. A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CDB's – BNB (i)	99% CDI	-	-	21.622	20.963
CDB's – BIC Banco (ii)	98% CDI	-	-	26.985	27.627
CDB's Renda Fixa – BNB (iii)	100% CDI	-	-	40.367	43.871
Bradesco (iv)	95% CDI	-	-	8.246	8.679
Banco Paraná (v)	100% CDI	734	-	734	-
Outros		-	-	2.462	-
		734	-	100.416	101.140

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se à aplicação financeira em CDB's emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009.
- (ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio BIC Banco para o empreendimento Alegria I.
- (iii) Refere-se à aplicação financeira em CDB's emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento denominado Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010.
- (iv) Refere-se se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança firmados pelo próprio Bradesco para o empreendimento Alegria II.
- (v) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao contrato de aluguel do *back office* da Companhia.

12. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no município de Sapeaçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Terrenos	4.328	4.328	4.328	4.328
Total	4.328	4.328	4.328	4.328

Anualmente, a Companhia avalia o valor justo com base em preços de mercado atualizados, determinados anualmente por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação foram emitidos por empresa especializada e o método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos, que o valor justo (valor de mercado) total destes ativos é de R\$ 7.096 (valor justo líquido do custo de negociação). A Diretoria da Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

O intangível é composto pelo ativo intangível identificado após a aquisição de controle da investida NEO, relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia, e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	-	-	122.702	127.610
Software	6	6	1.199	1.230
Outros	-	-	34	34
Total	6	6	123.935	128.874

(i) Referente a intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da controlada NEO a serem amortizados até 2031, período do PPA

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado					
	Projeto Irai	Software	Total	Projeto Irai	Software	PPA	Ágio investimento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	253	6	259	253	8	-	15.503	34	15.798
Movimentação	-	(1)	(1)	-	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 30 de junho de 2017	253	5	258	253	6	-	15.503	34	15.796
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	6	6	-	1.230	127.610	-	34	128.874
Movimentação	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Saldo em 30 de junho de 2018	-	6	6	-	1.199	122.702	-	34	123.935

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento e Provisão para perda de investimentos

a) Controladora - Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimentos é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 30/06/2018	2007							
	S.A. (i)	NEO (ii)	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	214.789	57.233	-	257	3	1	-	-
Ativo não circulante	244.654	996.447	11.132	21.247	2.811	197	99	99
Passivo circulante	(954.997)	(361.808)	(2.485)	(6.360)	(2.289)	(4)	(3)	(3)
Passivo não circulante	(19.446)	(754.918)	(21.562)	(65.702)	(4.805)	(3.572)	(1.995)	(1.995)
Receita líquida	20.478	78.915	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	(42.436)	4.160	(1.045)	(2.118)	(218)	(148)	(89)	(89)
Patrimônio líquido	(515.000)	(63.046)	(12.915)	(50.558)	(4.280)	(3.378)	(1.899)	(1.899)
Percentual de participação	96,04%	80%	71%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do Investimento	(494.605)	(50.439)	(9.170)	(50.558)	(4.280)	(3.378)	(1.899)	(625.451)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2016	(450.734)	(145.270)	(6.713)	(34.488)	(1.217)	(2.804)	(1.568)	(652.936)
Equivalência patrimonial	(15.478)	(2.615)	(914)	(1.613)	(326)	(253)	(140)	(22.596)
Provisão para perda de investimentos em 30/06/2017	(466.212)	(147.885)	(7.627)	(36.101)	(1.543)	(3.057)	(1.708)	(675.532)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2017	(453.850)	(53.767)	(8.428)	(48.440)	(4.062)	(3.230)	(1.810)	(584.649)
Equivalência patrimonial	(40.755)	3.328	(742)	(2.118)	(218)	(148)	(89)	(40.802)
Provisão para perdas de Investimentos em 30/06/2018	(494.605)	(50.437)	(9.170)	(50.558)	(4.280)	(3.378)	(1.899)	(625.451)

(i) Informações consolidadas, que incluem a posição financeira da RAESA.

(ii) Saldos indicados na NEO consideram o valor justo identificado na aquisição de controle pela Companhia.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado - Provisão para perda de investimento

Em 30 de junho de 2018, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 9.170. Esta entidade não é consolidada pela Companhia em função de não haver controle sobre a mesma, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

c) Controladora - ativo

Informações sobre a investida em 30/06/2017	Ágio	Total
Investimento em 31/12/2016	15.503	15.503
Movimentações	-	-
Investimento em 30/06/2017	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida NEO execute seu objeto social serão fornecidas, unicamente, pela Multiner mediante garantia da outra acionista da investida, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da NEO. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda., quando for necessário realizar aumento de capital social da investida NEO, para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Companhia tem compromisso firmado através de acordo de acionistas de aportar o total de R\$8.094 na CEU, dos quais R\$7.026 já foram aportados até o momento (classificado como Partes relacionadas).

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

a) Composição do saldo

Controladora					
Itens	Taxa de depreciação (%)	Custo	30/06/2018		31/12/2017
			Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis	-	556	(556)	-	-
Máquinas e equipamentos	10% e 6,25%	635	(293)	342	304
Móveis e utensílios	6,25%	128	(91)	37	40
Instalações	10%	28	(28)	-	2
Total		1.347	(968)	379	346

Consolidado						
Itens	Taxa de depreciação (%)	Custo	Ajuste valor recuperável	30/06/2018		31/12/2017
				Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	1.293	(11)	-	1.282	1.282
Benfeitorias em imóveis	20%	3.187	-	(1.152)	2.035	2.076
Instalações	20%	28	-	(28)	-	2
Edificações	20%	161	(161)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	1.045.729	(69.426)	(274.037)	702.267	722.217
Móveis e utensílios	6,25%	182	-	(115)	67	27
Custo para desmobilização (i)	-	11.337	-	(3.474)	7.863	9.325
Mais valia (ii)	-	30.659	-	(514)	30.145	30.659
Total		1.092.576	(69.598)	(279.320)	743.659	765.588

- (i) Estimativa dos custos da investida NEO para desmobilização dos ativos em operação, referente a desmontagem e remoção dos itens e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas.
- (ii) Refere-se a mais valia dos ativos fixos imobilizados existentes na data da avaliação pela aquisição de controle da investida NEO, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos (tempo médio de 30 anos) existentes na data da avaliação.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01, a Companhia revisa anualmente o valor justo de seus ativos fixos para assegurar que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, com base no método comparativo direto de mercado. Diante dos estudos realizados, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão de ajuste ao valor recuperável (*impairment*), referente aos maquinário, edificações e terrenos, das investidas que possuem outorgas de funcionamento revogadas. Para os demais ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

O custo de um ativo imobilizado compreende:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos e abatimentos;
- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar; e,
- c) A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante este período.

Custo de desmobilização

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de desmobilização dos ativos em operação, referente a desmontagem e remoção dos itens e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, devem ser contabilizados como custo do empreendimento. Os custos de desmobilização apresentados pela Companhia estão sendo amortizados ao longo da vida útil remanescente dos ativos.

Abaixo segue a movimentação do custo de desmobilização:

Empreendimento	Consolidado			
	Estimativa total de custo	30/06/2018		31/12/2017
		Ajuste a valor presente	Valor presente	Valor presente
UEE Alegria I	9.657	(6.716)	1.683	2.070
UEE Alegria II	26.510	(18.114)	6.180	7.255
	36.167	(24.830)	7.863	9.325

No exercício findo em 2017, a Companhia contratou consultoria especializada, para realização do processo de unitização contábil dos ativos imobilizado da controlada NEO, tendo como objetivo atender as determinações da resolução ANEEL 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas companhias do setor de energia elétrica.

O MCPSE define unitização como o processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo a Unidade de Cadastro (UC) e a Unidade de Adição e Retirada (UAR). O processo de unitização e cadastramento dos bens deverá ser concluído simultaneamente à sua transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2017
Máquinas e equipamentos	78	31	-	(9)	100
Móveis e utensílios	45	3	-	(4)	44
Instalações	5	-	-	(2)	3
Total	128	34	-	(15)	147

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2017
Terrenos	14.540	-	-	-	14.540
Instalações	4	-	-	(2)	2
Máquinas e equipamentos	12.865	31	-	(10)	12.866
Móveis e utensílios	5	3	-	(4)	4
Total	27.414	34	-	(16)	27.432

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2018
Máquinas e equipamentos	304	55	-	(17)	342
Móveis e utensílios	40	-	-	(3)	37
Instalações	2	-	-	(2)	-
Total	346	55	-	(22)	379

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2018
Benfeitorias em imóveis	2.076	-	-	(41)	2.035
Terrenos	1.282	-	-	-	1.282
Instalações	2	-	-	(2)	-
Máquinas e equipamentos	722.217	55	(16)	(19.989)	702.267
Móveis e utensílios	27	45	-	(5)	67
Custo de desmobilização	9.325	-	-	(1.462)	7.863
Mais valia	30.659	-	-	(514)	30.145
Total	765.588	100	(16)	(22.013)	743.659

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Estoque

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Peças para reposição	20.938	16.680
	20.938	16.680

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	227.173	220.276
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	4.428	4.428
Davis Polk & Wardwel	533	457	533	457
Sodexo Pass do Brasil	102	-	102	-
Roberto Aguiar de Guimarães	-	168	-	168
Dell Computadores do Brasil Ltda.	149	149	175	167
Telefônica Brasil S.A.	23	-	23	-
Outros	460	54	4.681	1.347
Total	1.267	828	237.115	226.843

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado com recursos a serem recebidos da Eletrobrás (via conta CCC).

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
IOF (i)	6.098	1.646	6.372	1.984
IRPJ	-	-	749	1.426
CSLL	-	-	1.856	531
PIS	-	123	-	139
COFINS	293	420	8.906	521
ICMS	-	-	5.597	3.245
IR/CS Diferido (iii)	-	-	50.503	52.347
Outros	87	107	553	732
	6.478	2.296	74.536	60.925
Parcelamentos:				
PRT (ii)	4.683	7.961	4.683	7.961
ISS	-	-	784	1.044
Imposto Territorial Rural	72	53	72	53
	4.755	8.014	5.539	9.058
Total	11.233	10.310	80.075	69.983
Circulante	11.197	9.120	28.920	15.569
Não circulante	36	1.190	51.155	54.414

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se a IOF gerado nas operações de mútuo entre partes relacionadas.
- (ii) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao PRT ocorreu por meio de requerimento em 17 de março de 2017 para a controladora e em 12 de abril de 2017 para as investidas. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Segue para melhor evidência a composição do montante aderido ao parcelamento:

IOF	35.971
IR	8.896
CIDE	185
CSLL	3.188
PIS	876
COFINS	4.036
Total dos impostos	<u>53.152</u>
(-) Quitação com a utilização do saldo de Prejuízo Fiscal	(40.396)
(-) Pagamento em 24 parcelas	(12.756)

- (iii) Referente a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da diferença existente entre base contábil e base fiscal quando do reconhecimento dos ativos e passivos identificados durante a combinação de negócios sem transferência de contraprestação da investida NEO, no exercício de 2017. O saldo será amortizado no mesmo período de amortização dos ativos e passivos identificados que geraram este valor de imposto.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos e debêntures

a) O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é composto da seguinte forma:

Modalidade	Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Empréstimos	Custo de transação	Total Passivo	Total Passivo
Debêntures	7.504	-	7.504	7.052
CCBs	840.477	(11.897)	828.580	795.996
Financiamentos	476.466	(6.222)	470.244	486.864
	1.324.447	(18.119)	1.306.328	1.289.912

Financiadores/credores	Controladora					
	30/06/2018		31/12/2017			
	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.504	7.052	7.052
Total			3.000	7.504	7.052	7.052

Financiadores/credores	30/06/2018				31/12/2017	
	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor não circulante	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	7.504	7.052	7.052
Fundos de Pensão (1ª emissão) (i)	RAESA	CCBs	165.050	325.424	-	307.254
Fundos de Pensão (2ª emissão) (i)	RAESA	CCBs	69.090	287.942	-	270.141
Fundos de Pensão	NEO	CCBs	177.200	215.214	195.148	20.384
Banco do Nordeste do Brasil (ii)	NEO	Financiamentos	648.749	470.244	435.617	34.738
Total			1.063.089	1.306.328	675.563	1.289.912
				630.765	639.569	480.785

(i) Negociação para Repactuação: A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas.
(ii) Refere-se ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e Alegria II.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

Controladora							
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	31/12/18

Consolidado							
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	31/12/18
Fundos de Pensão (1ª emissão)	RAESA	Térmica	CCBs	8,42% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/10/26
Fundos de Pensão (2ª emissão)	RAESA	Térmica	CCBs	9,22% a.a. + IGPM	20/04/06	15/06/07	15/10/26
Fundos de Pensão	NEO	Eólica	CCBs	9,21% a.a. + IGPM	22/09/09	22/10/11	22/09/29
BNB	NEO	Eólica	Financiamento	7,5% a.a.	22/09/09	23/01/13	23/12/30

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos *covenants* contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 30 de junho de 2017, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia manteve a reclassificação da totalidade da dívida no passivo circulante.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios da RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi");
- Fianças bancárias em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A. e Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A. e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme acordo de reorganização financeira da Companhia firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCBs da investida NEO, com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até cinco anos no pagamento dos valores de principal e as CCBs da controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está atualmente renegociando o pagamento das CCBs junto aos seus credores, para que o mesmo fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: (i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; (ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Dessa forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia. Até 30 de junho de 2017 nenhuma parcela deste instrumento fora quitada.

20. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de retirada dos ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEE's Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação, desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foram inicialmente mensurados e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Custo desmobilização	54.342	53.608
Ajuste a valor presente do custo de desmobilização	(31.001)	(31.252)
	23.341	22.356

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outros créditos e Outras obrigações

Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Amazonas Energia - ODR	-	-	693	1.624
Projetos de P&D	-	-	623	623
Seguros	258	-	2.590	1.128
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (i)	5.223	-	-	-
Outros créditos	18	64	75	397
Total	5.499	64	3.981	3.772
Circulante	272	61	3.977	3.769
Não circulante	5.227	3	4	3

- (i) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), transações entre partes relacionadas, que possuem como finalidade a manutenção das necessidades de caixa para as entidades não operacionais, cujas outorgas foram revogadas, tais recursos serão capitalizados em até 120 dias após o término do exercício corrente, período estabelecido pela legislação.

Outras obrigações:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalís (i)	-	-	377.217	377.217
Acordos (ii)	-	851	59.971	68.756
CCEE (iii)	-	-	12.574	12.184
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	-	-	8.518	7.941
Provisão de encargos sistema de transmissão (v)	1.296	1.739	2.728	3.506
Outras obrigações	126	253	7.909	6.061
Total	15.489	16.910	482.984	489.732
Circulante	15.489	16.910	430.210	433.486
Não circulante	-	-	52.774	56.246

- (ii) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, cláusula objeto do acordo de acionistas, firmado em 2012, através do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa 1.1), submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) conforme regulamento da Companhia em vigor. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.
- (iii) A Companhia possui em andamento acordos, cuja posição em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 pode ser apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Caterpillar Motoren GMBF & CO (a)	37.927	39.605
Wartsila (b)	22.044	23.500
Outros	-	5.651
Total	59.971	68.756

- (a) Tais valores referem-se a maquinários do investimento da Companhia na Itapebi, cuja outorga foi revogada, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Tais montantes referem-se a controladora indireta RAESA pelo fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha. A negociação será paga em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.
- (iv) Refere-se as recontabilizações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Mercado de Curto Prazo (MCP) no âmbito do Sistema Interligado Nacional referente as investidas operacionais.
- (v) Em 30 de junho de 2018, o saldo de R\$ 8.518 (R\$7.941 em 31 de dezembro de 2017) refere-se provisão para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema.
- (vi) Trata-se do direito de reembolso, da controlada indireta RAESA, dos encargos de uso do sistema de transmissão que a Companhia possui a receber da Amazonas Distribuidora Energia S.A. Esse encargo é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UTE Cristiano Rocha de 85,38 MW e será pago ao ONS no próximo exercício de 2018.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$855.828 dividido em 20.280.081 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.297	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

b) Evolução do patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia S.A. comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia. 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato, a operação teve como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia S.A.

Naquela mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, na época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:
 - (a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - (b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$391.636, sendo R\$99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas a prévias autorizações especificadas na AGE.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de setembro de 2012, conforme "Termo de Fechamento", as ações dos antigos acionistas, Cia. 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia. de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A.

Em 18 de julho de 2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013, foi aportado na Companhia o valor de R\$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia. Desta forma, o FIP Multiner passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$208.497, sendo:
 - (a) R\$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;
 - (b) R\$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição; e
- Outros créditos no valor de R\$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiáguas assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi Energia S.A realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28 de março de 2012) até 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia S.A está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28 de março de 2016) até 31 de dezembro de 2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 3 de junho de 2015, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas sobre o prazo e viabilidade para listagem no Bovespa Mais.

Em 8 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Em 14 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;

- A Companhia está estudando a melhor maneira de anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências, gerando assim um desalinhamento na legislação societária vigente.

c) Ações preferenciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia aumentou seu capital em R\$149.526, com emissão de ações 316.275 preferenciais resgatáveis. Esse aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$465.801.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de capital para investimento

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$78.115, gerado na Combinação de Negócios, referente a aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009 e, (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e 2009.

e) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos possíveis efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento que está sendo discutido em procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, motivo pelo qual não há cálculo para resultado por ação diluído.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação em 30 de junho de 2018 e em 30 de junho de 2017:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(45.954)	32.768
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	8.986.334
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	11.293.745
Número de ações preferenciais – Classe C	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	12.423.122
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	20.280.081
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	21.409.456
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação		
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação ordinária	(0,00298)	0,00153
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classes A e B	(0,00238)	0,00169
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classe C	(0,00235)	0,00167
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação preferencial – Classe D	(0,00232)	0,00166

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do lucro líquido (prejuízo)

Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações ordinárias	19.301	13.754
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classes A e B	26.653	19.014
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe C	-	-
Lucro líquido (prejuízo) alocado às ações preferenciais – Classe D	-	-
Total	(46.810)	32.768

23. Provisão para demandas judiciais

a) Causas prováveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Demandas judiciais cíveis (i)	-	-	9.440	9.440
Demandas judiciais trabalhistas	16	16	4.566	4.566
Total	16	16	14.006	14.006

(i) Trata-se de ação de cobrança / contraprestação de serviços da Construtora Jole Ltda., onde o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença.

b) Causas possíveis

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía em andamento 25 processos judiciais, cujo montante total aproximado é de R\$ 31.052 na controladora (R\$37.697 em 31 de dezembro de 2017) e R\$413.699 (R\$385.242 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para demandas judiciais.

Polo Ativo	Polo Passivo	Natureza	Controladora		Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Petrobrás Distribuidora (i)	Raesa	Cobrança	-	-	208.318	208.318
Postalis (ii)	Raesa	Cobrança	-	-	129.000	129.000
Fundiágua (iii)	Multiner	Cobrança	15.108	15.108	15.108	15.108
Tecmon Montagens Ltda. (iv)	TPV e TPVI	Cobrança	-	-	41.000	-
Assessoria Consultores em Energia (v)	Multiner	Cobrança	7.091	7.091	7.091	7.091
Coelba (vi)	Multiner	Cobrança	-	4.500	-	4.500
Diversos trabalhistas (vii)	Multiner	Trabalhista	6.598	6.778	6.639	6.778
Outros	Diversos	Diversos	2.255	4.220	6.543	14.447
Total causas possíveis			31.052	37.697	413.699	385.242

(i) Trata-se de ação de cobrança, processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM. No momento, os Embargos de Declaração da RAESA foram acolhidos para sanar as omissões da decisão saneadora afastando-se as preliminares arguidas. Autos aguardando realização de perícia. Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado. Adicionalmente, cabe ressaltar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como fornecedores (vide nota explicativa nº 19).

(ii) Refere-se ao processo nº 2016.01.1.1013556-3 cuja discussão trata-se de ação de execução movida pela Postalis em face da controlada indireta RAESA. Em primeira instância, o processo foi julgado extinto vez que para o ajuizamento de ação de

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

execução com base em cédula de crédito bancário (CCBs), é necessário apresentar o original assinado pelas partes. Após a prolação da sentença, a Postalis ingressou com Recurso de Apelação e contra todos os entendimentos jurisprudenciais, houve reforma da decisão de 1ª instância em 22.03.2017, tendo sido cassada a sentença. Aguardando julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto no STJ, ainda não pautado para julgamento. Com a instauração da arbitragem em dezembro de 2017, a qual discute a obrigação da conversão das CCBs detidas pelo Postalis em capital na Mesa S.A. ou na Multiner, será levado a conhecimento do juízo, quando de sua volta à primeira instância, de forma que a discussão seja suspensa ou deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa n.º 21).

- (iii) Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/2014, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/2014), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado no processo n.º 00173042-92.2017.8.19.0001. Em 24/08/2017, o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108. Em outubro de 2017, foi apresentada exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A Companhia apresentou embargos de declaração para que seja ao menos decidido sobre o efeito suspensivo. Não foram acolhidos os embargos, e seguiu-se para distribuição a uma vara cível. No momento, aguarda-se declínio a uma das varas cíveis do foro da comarca do RJ. Tal discussão é parte do procedimento arbitral instaurado recentemente, portanto deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém o passivo reconhecido como outras obrigações (vide nota explicativa n.º 21).
- (iv) Refere-se ao Procedimento Arbitral n.º 02/2018 em face da Termopower V, Termopower VI, por meio dos quais a empresa Tecmom Montagens Técnicas Industriais Ltda. discute multa da rescisão do contrato. O termo de arbitragem foi assinado em 19 de dezembro de 2016, restando consignado que, preliminarmente, deveriam ser apresentadas manifestações das partes a respeito da legitimidade para figurar no polo passivo do procedimento arbitral. A Companhia apresentou sua manifestação. No entanto, para prosseguimento da Arbitragem, seria necessário o pagamento de quantia por parte das requeridas, o que não ocorreu. Diante do não pagamento pela Companhia, a Tecmon seria obrigada a arcar com os custos da Arbitragem, o que igualmente não foi realizado. Aguardando o recolhimento das custas para verificar se irá ter continuidade ou não a Arbitragem.
- (v) Trata-se de processo em que é exigido suposto crédito de "Taxa de Sucesso" em decorrência de prestação de serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível, que resultasse na redução de custos na aquisição para as usinas termelétricas Termopower V e Termopower VI. Em nossa tese, entende-se que a empresa não gerou redução de custos, conforme alegado. Autos em fase de perícia, onde nossos assistentes técnicos apresentaram laudo confrontando o laudo do perito do juízo.
- (vi) A COELBA contratou energia elétrica em virtude das usinas que seriam construídas pela Multiner. Considerando que houve revogação das outorgas das usinas TPV e TPVI, as mesmas não foram terminadas. Sem autorização da ANEEL, não se cumpre CCEAR e revogação da outorga acarreta rescisão unilateral pela parte prejudicada. O objeto da demanda é a execução por parte da COELBA de cláusula penal prevista nas CCEARs firmadas com a Multiner, que visava o fornecimento de energia que seria gerada pelas UTEs. A ação teve os embargos declaratórios pela Multiner julgados procedentes, com êxito na defesa apresentada pela Companhia. O processo transitou em julgado com decisão definitiva favorável e sentença mantinha em sede de tribunal e no STJ.
- (vii) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços em 5 (cinco) reclamações trabalhistas (todas propostas em 2017) pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros.

Ainda no que tange os processos possíveis de perda, a controlada NEO possui em andamento o processo número 60400-77.2012.4.01.3400 de natureza regulatória discutido em esfera judicial, com fito de obter provimento judicial que mantenha a Companhia no PROINFA e que permita o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobrás. Em 19.12.2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a NEO apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deferido determinando-se que a ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletrobrás efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos contratualmente pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23/04/2014, os autos aguardam prolação de sentença. Os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Vendas de energia contratada (i)	150.607	63.188
Receita com operação e manutenção - O&M (ii)	11.494	13.602
Receita no mercado de curto prazo	-	1.755
Total receita bruta	162.101	78.545
PIS (iii)	(2.508)	(950)
COFINS (iii)	(11.551)	(4.378)
ICMS	(18.448)	(19.198)
Glosa de potência garantida (v)	(15.880)	(3.318)
Pesquisa e desenvolvimento - RAESA	(599)	(517)
Arrendamento mercantil - RAESA (iv)	(13.491)	(13.501)
Total deduções	(62.477)	(41.862)
Receita líquida de vendas	99.624	36.683

- (i) Do montante apresentado em 30 de junho de 2018, o valor de R\$62.299 refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW. O saldo remanescente de R\$88.308 refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás.
- (ii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.
- (iii) Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da controlada indireta RAESA.
- (iv) O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.
- (v) O montante de R\$ 15.880 refere-se a glosa na receita da controlada indireta RAESA por indisponibilidade de geração de energia contratada durante o período.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(1.194)	(149)
Operação e manutenção - peças e serviços (i)	(20.707)	(14.517)
Óleo lubrificante	(1.217)	(1.158)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(772)	(1.465)
Salários e encargos	(2.307)	(2.680)
Custo de depreciação e amortização (ii)	(21.731)	-
Custo de arrendamentos (ii)	(1.739)	-
Amortização mais valia	(5.458)	-
Outros	(5.247)	(1.279)
Total	(60.372)	(21.248)

- (i) Saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos motores da controlada indireta RAESA. Inclui-se nesse saldo a aplicação de peças e mão de obra dispendida com essa aplicação. A variação dos períodos refere-se a serviços de montagem da troca do eixo do motor 5 e serviço de *overhaul* do motor 2;
- (ii) Custos da controlada NEO referente a depreciação do ativo fixo imobilizado e custos de arrendamentos dos terrenos onde estão instalados parte dos aerogeradores e linha de transmissão dos Parques Alegria I e Alegria II. Contempla também a amortização de intangível e da mais valia de ativo fixo identificados na obtenção de controle da NEO, conforme notas explicativas 13 e 15, respectivamente.

26. Despesas Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e taxas	-	(1.531)	-	(4.090)
Serviços jurídicos	-	(584)	(2.546)	(1.009)
Processos judiciais	-	(327)	-	(328)
Serviços de consultoria administrativa	-	(930)	(2.027)	(1.549)
Pessoal e encargos	(1.033)	-	(3.813)	-
Aluguel	-	(438)	(460)	(528)
Honorários de administração	(134)	(997)	(942)	(997)
Honorários de conselho	(149)	(339)	(309)	(339)
Serviços de auditoria	-	(793)	(861)	(801)
Serviços de engenharia	-	(73)	-	(896)
Despesas com luz, água, telefone	-	-	(504)	(372)
Despesas com viagens	-	-	(432)	(379)
Armazenagem	-	-	(938)	(979)
Outras despesas	(676)	(26)	(967)	(1.717)
Total das despesas gerais e administrativas	(1.992)	(6.038)	(13.799)	(13.984)

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Rendimento de aplicação financeira	3	-	4.834	163
Juros ativos sobre mútuo	1.749	29.870	3.793	29.880
Juros ativos sobre créditos tributários	8	16	651	2.399
Variações cambiais ativas	20	22	673	991
Juros sobre arrendamento financeiro	-	28	5.986	28
Descontos obtidos	1	-	66	1
Juros ativos contratuais	-	-	5.972	6.464
Total de receitas financeiras	1.781	29.936	21.975	39.926
Juros sobre Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	(56.775)	(23.434)
Multas passivas sobre débitos tributários	-	(44)	-	(61)
Juros passivos sobre mútuo	(1.414)	(207)	(2.566)	(1.840)
Juros sobre debêntures	(370)	(407)	(370)	(407)
Despesas bancárias	(10)	(10)	(50)	(14)
Multas contratuais	-	(32)	(23.267)	(11.065)
Multas passivas sobre débitos tributários	(2.600)	(3.958)	(2.604)	(6.079)
Variações cambiais passivas	(178)	(29)	(5.932)	(1.609)
Impostos sobre Operação Financeira (IOF)	(259)	(91)	(2.027)	(765)
Desmobilização	-	-	(734)	-
Juros contratuais	-	(24)	-	(73)
Outras despesas financeiras	(210)	(11)	(1.259)	(444)
Total de despesas financeiras	(5.041)	(4.813)	(95.584)	(45.791)
Total do resultado financeiro	(3.260)	25.123	(73.609)	(5.865)

28. Imposto de renda e contribuição social

A partir de 2018 a Companhia passou a ser tributada pelo Regime de Lucro Presumido de forma a reconhecer suas receitas financeiras pelo regime de caixa.

Com a mudança de regime tributário anual, o saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31 de dezembro de 2017 ficou registrado no valor de R\$157.579 (e só poderá ser utilizado caso a Companhia volte a adotar o regime de Lucro Real nos exercícios futuros).

Em 30 de junho de 2018, o Consolidado acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor de R\$1.203.680.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(46.810)	(3.511)	(48.779)	(7.874)
	34%	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social esperada	15.915	1.194	16.585	2.677
Ajustes da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(14.163)	(7.895)	(252)	(1.250)
Despesas indedutíveis e permanentes	-	(16)	(315)	(24)
Provisão para demandas judiciais sem constituição de imposto diferido	-	234	(15)	(202)
Imposto diferido ativo constituído sobre prejuízo fiscal	-	-	(15.325)	(7.966)
Lucro da Exploração (SUDENE) (i)	-	-	1.114	-
Diferença de apuração pelo regime Lucro Presumido	(1.752)	-	(1.752)	-
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	-	1.882	873	1.882
Prejuízo fiscal compensado no PRT (Vide nota nº 17)	-	40.396	-	44.367
Outros	-	484	(10)	519
Crédito de imposto de renda e contribuição efetiva	-	36.279	903	40.003
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	(4.117)	(2.117)	(4.117)
Diferido	-	40.396	1.843	44.120
Lucro de Exploração – SUDENE (i)	-	-	2.246	-
	-	36.279	1.972	40.003
Alíquota efetiva	0%	-1033%	-2%	-508%

- (i) Refere-se a benefício de 75% de redução de imposto de renda concedido a investida NEO. Este incentivo é concedido a empreendimentos pertencentes aos setores da economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional. A Companhia possui o direito de utilização deste benefício até o ano de 2020, podendo este ser renovado mediante novo pedido.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2018, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
		30/06/2018		31/12/2017	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	8.611	8.611	1	1
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	609.693	609.693	661.680	661.680
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 17)	Empréstimos e recebíveis	1.267	1.267	828	828
Mútuo com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	4.266	4.266	36.566	36.566
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Custo amortizado	7.504	7.504	7.052	7.052
		Consolidado			
		30/06/2018		31/12/2017	
Mensuração		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	42.192	42.192	16.519	16.519
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Empréstimos e recebíveis	533.269	533.269	528.630	528.630
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 17)	Empréstimos e recebíveis	237.115	237.115	226.843	226.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19)	Custo amortizado	1.306.328	1.306.328	1.289.912	1.289.912

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, exceto financiamentos e debêntures, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

		Controladora			
		30/06/2018		31/12/2017	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	8.611	8.611	1	1
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Nível 2	609.693	609.693	661.680	661.680

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Nível	30/06/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	42.192	42.192	16.519	16.519
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9.b)	Nível 2	533.269	533.269	528.630	528.630

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.
- Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora						
30 de junho de 2018	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses					
Fornecedores (Nota 17)	1.267	1.267	1.267					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	7.504	7.504	7.504					
		Consolidado						
30 de junho de 2018	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores (Nota 17)	237.115	237.115	237.115	-	-	-	-	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.306.328	1.306.328	667.061	109.388	164.082	218.776	147.021	

b) *Risco de crédito*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.611	1	42.192	16.519
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	609.693	661.680	533.269	528.630

c) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.611	1	42.192	16.519
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	609.693	661.680	533.269	528.630
Passivos				
Fornecedores (Nota 17)	1.267	828	237.115	226.843
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9.b)	4.266	36.566	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	7.504	7.052	1.306.328	1.289.912

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2018

A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de junho de 2018. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
30/06/2018		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		7,65%	11,47%	15,29%	19,11%	22,94%
Debêntures (Nota 19)	7.504					
Exposição		574	860	1.147	1.434	1.721
31/12/2017		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		4,07%	6,11%	8,14%	10,18%	12,22%
Debêntures (Nota 19)	7.052					
Exposição		287	431	574	718	861
30/06/2018		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		7,65%	11,47%	15,29%	19,11%	22,94%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.306.328					
Exposição		99.934	149.836	199.738	249.639	299.672
31/12/2017		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		4,07%	6,11%	8,14%	10,18%	12,22%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	1.289.912					
Exposição		52.499	78.814	104.999	131.313	157.627

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Diretoria da Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

30. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades. Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

Em 30 de junho de 2018, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cobertura	Vigência:	Controladora	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2018 a 28/01/2019	50	427
Responsabilidade Administração	24/05/2018 a 24/05/2019	6.548	11
Outros	07/06/2018 a 07/06/2019	557	30
		7.155	468

Cobertura	Vigência:	Consolidado	
		Importância Segurada:	Prêmio equivalente:
Responsabilidade Civil	28/01/2018 a 28/01/2019	87.000	555
Responsabilidade Administração	12/05/2018 a 24/05/2019	26.548	20
Outros	06/06/2018 a 07/06/2019	775.412	4.044
		888.960	4.619

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Mudanças nos passivos de atividades e financiamentos

Os passivos decorrentes das atividades de financiamentos são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrente de atividade de financiamento:

	Controladora			Consolidado					
	Partes relacionadas			Empréstimos e financiamentos			Partes relacionadas		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2017	661.680	(36.566)	625.114	(632.517)	(650.343)	(1.282.860)	528.630	-	528.630
Pagamento de principal	-	-	-	-	70.226	70.226	-	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	-	-	-	(36.469)	-	(36.469)
Empréstimos concedidos	8.454	-	8.454	-	-	-	(10.169)	-	(10.169)
Pagamentos de empréstimos partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo captados com partes relacionadas	-	(17.536)	(17.536)	-	-	-	57.299	-	57.299
Recebimentos partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos sobre operações de mútuo	4.319	-	4.319	-	-	-	(3.622)	-	(3.622)
Juros passivos sobre operações de mútuo	-	(1.414)	(1.414)	-	3.583	3.583	-	-	-
Juros ativos sobre operações de mútuo	1.749	-	1.749	-	(4.773)	(4.773)	-	-	-
Perdas de créditos financeiros	-	(226)	(226)	-	-	-	225	-	225
Juros s/ empréstimos	-	-	-	-	-	-	48.579	-	48.579
Recebimento de empréstimos concedidos partes relacionadas	(15.033)	-	(15.033)	-	-	-	-	-	-
Multas de empréstimos	-	-	-	(23.232)	-	(23.232)	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	2.713	-	2.713
Outros	(51.476)	51.476	-	(3.808)	(58.957)	(61.768)	(53.917)	-	(53.917)
Em 30 de junho de 2018	609.693	(4.266)	605.427	(659.557)	(640.264)	(1.299.821)	533.269	-	533.269

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Auditoria independente de Usos e Fontes

Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, contratados pela Companhia e cujos escopos estão descritos na nota explicativa 1.3, foram concluídos e seu relatório emitido em julho de 2018, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas Demonstrações Financeiras.

O relatório final da auditoria de usos e fontes foi apresentado, em 31 de julho de 2018 ao Ministério Público Federal e ao juiz federal nos autos que tramitam na 10ª Vara Criminal da Subseção Judiciária do Distrito Federal.



multiner

RESULTADOS DO 2º TRIMESTRE DE 2018



multiner



MULTINER S.A.

São Paulo, 30 de junho de 2018 – Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) anuncia os resultados referentes ao segundo trimestre de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas, e em milhares de Reais (R\$), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas filiais.

Aos Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”), submete à apreciação do desempenho do segundo trimestre de 2018 acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) permitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DESTAQUES DO 2T18

- No segundo trimestre de 2018 a usina Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), gerou 39,8 MW médios e no acumulado até o período findo em 30 de junho de 2018 gerou 48,6 MW médios. Já o complexo eólico da New Energy Options Energia S.A. (NEO) gerou 23,6 MW médios no segundo trimestre e no período acumulado do ano gerou 26,4 MW médios.
- A receita operacional líquida consolidada da Companhia fechou o segundo trimestre de 2018 em R\$ 43.195, superior em R\$ 23.533 comparado com o mesmo período do ano anterior e no acumulado dos primeiros seis meses de 2018 a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 99.624, sendo superior que o mesmo período do ano anterior em R\$ 62.941.
- O EBITDA fechou o trimestre findo em 30 de junho de 2018 em R\$ 22.651, com margem EBITDA de 59% e no primeiro semestre de 2018 alcançou R\$ 60.796, com margem EBITDA de 66%.



multiner



GOVERNANÇA CORPORATIVA

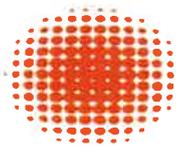
Para assegurar a transparência e o equilíbrio nos negócios, as práticas de Governança Corporativa adotadas pela Multiner S.A. seguem as diretrizes que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG) recomenda. A Companhia conta com os seguintes órgãos: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

O Conselho de Administração tem previsão de ser composto por 5 membros e respectivos suplentes, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. As indicações para Conselho de Administração da Companhia são efetuadas da seguinte forma: 3 (três) membros são indicados pelo Grupo Controlador, e 2 (dois) membros são indicados pelo acionista minoritário Multiner Fundo de Investimentos em Participações (FIP Multiner).

Já o Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e tem previsão de ser composto por 5 membros e respectivos suplentes, tendo o Grupo Controlador o direito de indicar 2 (dois) membros e seus suplentes e o FIP Multiner o direito a indicação de 3 (três) membros e seus suplentes.

A Diretoria da Companhia é responsável pela gestão dos negócios, podendo ser composta por até cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 anos, passíveis de renovação.

Com o intuito de disponibilizar informações aos acionistas, instituições financeiras, instituições reguladoras, agências de rating e ao mercado, com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, a Multiner disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



multiner



MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO 2T18

O consumo de energia elétrica total do país no primeiro semestre de 2018 foi maior comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo superior em 1,3%. Segundo relatório da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o desempenho no período acumulado findo em 30 de junho de 2018, a classe industrial foi a que mais consumiu fechando positivamente em 1,9%, seguida das classes residencial (+1,5%), comercial (+0,5%) e demais classes (+0,6%).

Observando os consumos divididos por regiões geográficas, a região Sudeste foi a que mais consumiu energia elétrica comparada com o mesmo período de 2017, sendo maior em +2,0%, seguida da região Sul (+1,9%), Centro-Oeste (+1,3%) e a região Nordeste praticamente ficou em linha, crescendo apenas 0,1%, a única região com consumo menor que o ano de 2017 foi a região Norte (-2,1%).

No segundo trimestre de 2018, os meses que contribuíram positivamente para o consumo de energia elétrica foram abril e maio, onde no mês de abril o consumo de alcançou 40.606 GWh, ficando maior em 3,5% ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Com exceção da região Norte (-1,0%), as demais regiões do Brasil assinalaram avanço na demanda de energia elétrica em abril, influenciada principalmente pelo consumo da classe industrial. Segundo relatório da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o consumo das demais regiões foram; Sudeste (+4,9%), seguida da região Sul (+3,4%), Nordeste (+2,2%) e Centro-Oeste (+1,9%).

O consumo de energia elétrica no mês de maio totalizou 39.143 GWh, volume este superior em 2,9% comparado com o mesmo mês do ano anterior. Este crescimento pode ser observado principalmente pelo crescimento de consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste e Sul. No acumulado até maio de 2018 o crescimento atingiu, a taxa de +1,5%, enquanto que em 12 meses, a expansão foi de 1,4%, segundo informações divulgadas pela EPE.

O crescimento do consumo de energia elétrica, podemos segregar pela classe industrial, a qual cresceu +3,3%, sendo esta a quinta vez no ano que apresentou crescimento, as demais classes que mais demandaram energia elétrica em maio, foram; as classes automobilísticas (+13,4%) e química (+5,4%). Por região do país, tiveram alta: Sudeste (+7,5%), Nordeste (+5,4%) e Sul (+3,0%) e queda da região Norte (-19,1%) e Centro-Oeste (-1,6%). Na classe residencial, o consumo cresceu 2,9%, conforme informações divulgadas pela EPE.

No mês de junho, o consumo de energia elétrica totalizou 37.791 GWh, volume este inferior em 0,4% comparado com o mesmo mês de 2017. A região Norte (-10,4%) puxou este resultado em função da queda da atividade de consumidores eletro intensivos industriais do norte do país, o que acabou impactando na performance do consumo de junho, o desempenho negativo da classe industrial (-3,2%) foi impactada pela



multiner



greve dos caminhoneiros nas duas últimas semanas de maio, com reflexos percebidos na economia de junho. Entretanto o consumo da classe comercial cresceu 0,4% em junho, a classe residencial cresceu 1,5% no mês.

Na classe industrial, houve redução de 3,2%, primeira taxa negativa desde maio do ano passado. Dos demais setores da economia, 3 tiveram desempenho positivo no mês de junho, sendo a extração de minerais metálicos (+4,5%), fabricação de papel e celulose (+3,4%) e químico (+2,8%). As principais regiões econômicas do país que puxaram o declínio do consumo de energia elétrica foram, a região Norte (-20,2%) e Sul (-6,8%) devido aos efeitos percebidos na classe industrial. Já na classe residencial houve aumento de 1,5% em junho, alta de 5,8% na região Sul, devido principalmente às condições climáticas e na classe comercial a variação foi positiva em +0,4%.

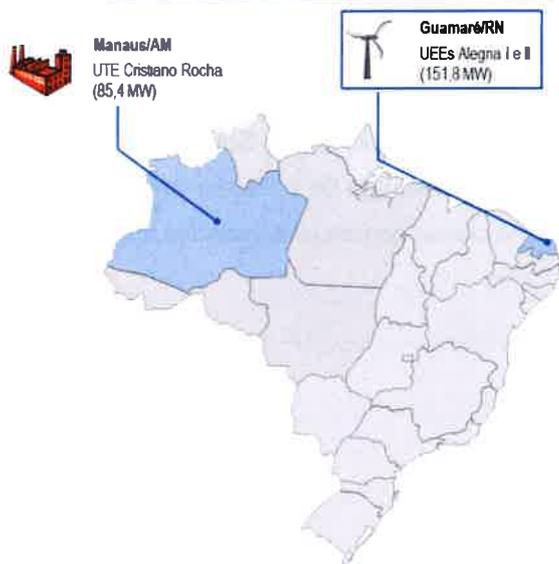


multiner



PORTFÓLIO DE ATIVOS

Localização Geográfica das Usinas



A Multiner possui dois ativos em operação atualmente, com 237,18 MW de capacidade total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica.

A termelétrica Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) – UTE Cristiano Rocha, tem capacidade instalada de 85,38 MW e localizada na cidade de Manaus.

A New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO), possui o complexo eólico Alegria, que é composto por dois parques eólicos, Alegria I e Alegria II, com capacidade total de 151,80 MW, que está localizado na cidade de Guimarães.

Empreendimentos	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término do Contrato
UTE Cristiano Rocha	Manaus - AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85,38	17/11/2006	19/05/2025
Total Fonte Termelétrica	-	-	85,38	-	-
UEE Alegria I	Guimarães - RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/08/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	25/12/2030
Total Fonte Eólica	-	-	151,80	-	-
Total de Fontes	-	-	237,18	-	-



multiner



Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)

A RAESA é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus, com contrato de fornecimento exclusivo de energia para Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás, com vigência 2025 para o fornecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus.

A usina é composta atualmente por cinco conjuntos moto-geradores Wärtsilä 18V46-GD, com capacidade unitária de 17,076 MW, e utiliza gás natural como combustível principal e óleo combustível pesado como secundária. Os principais fatores que levaram a empresa a optar por motores Wärtsilä foram o baixo consumo específico de combustível e os baixos valores de emissões de poluentes para a atmosfera. Desde maio de 2015, a RAESA está interligada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Do total de energia gerada, aproximadamente 12,7% corresponde a energia proveniente do óleo combustível e o restante 87,3% de gás natural.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO)

O complexo eólico Alegria é um empreendimento de iniciativa da NEO. Os parques estão localizados no município de Guimarães, no estado do Rio Grande do Norte, onde se encontram os melhores regimes de ventos do país, com média anual de ventos que excedem 8,5 m/s.

O complexo eólico Alegria, com capacidade instalada total de 151,80 MW. O parque Alegria I é composto por 31 aerogeradores com potência total de 51,15 MW, enquanto que o parque Alegria II é composto por 61 aerogeradores com potência total de 100,65 MW, logo, são 92 unidades transformadoras WEG 1800 kVA, contendo também 2 unidades transformadoras WEG 80 MVA na subestação de Alegria e 89 km de extensão de linha de transmissão. Os aerogeradores estão instalados em uma torre com 70 metros de altura do hub (altura do solo até o eixo do rotor) e 82 metros de diâmetro do rotor.

Em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II), o complexo Alegria está inserido no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) por um período de 20 anos. É previsto que a oferta de energia de Alegria I e Alegria II corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO₂ à atmosfera.

Em função do número de turbinas nas Centrais Eólicas Alegria I e Alegria II (92), da periodicidade das manutenções preventivas estabelecidas pela Vestas, empresa terceirizada contratada para a prestação de serviços de O&M, e do tempo de parada de cada aerogerador, em cada intervenção, o período dedicado à



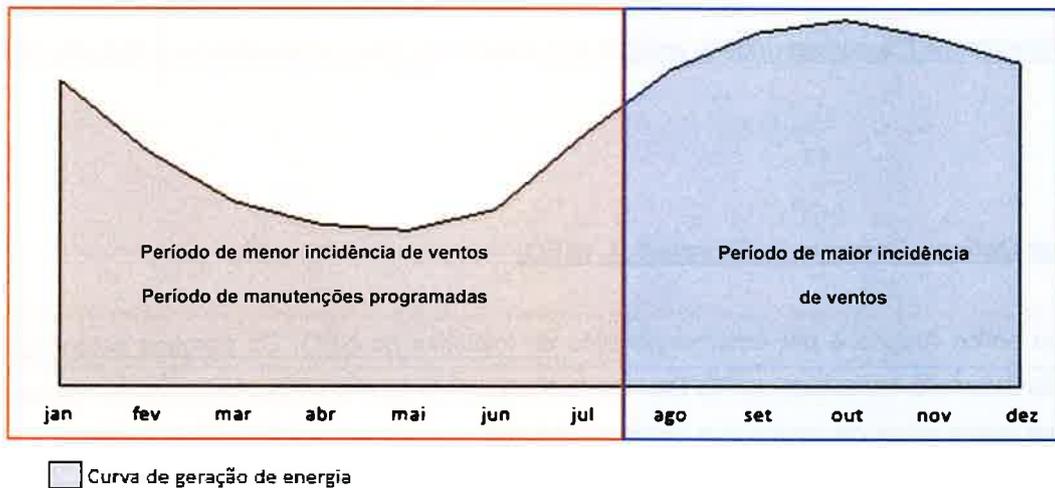
multiner

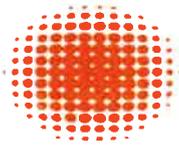


manutenção preventiva se estende de janeiro a agosto de cada ano. Esse período foi escolhido em função do comportamento sazonal do vento ao longo do ano.

Apesar de nos meses de julho e agosto a velocidade média do vento voltar a crescer, esses meses ainda são utilizados para manutenções programadas nos aerogeradores, já que, conforme o fabricante, essa intervenção é necessária a cada 6 meses. As manutenções preventivas são realizadas, portanto, nos meses de menor velocidade do vento e conseqüentemente menor perda de geração por turbinas paradas.

Perfil de curva de geração: UEE – Complexo Alegria (New Energy)





multiner

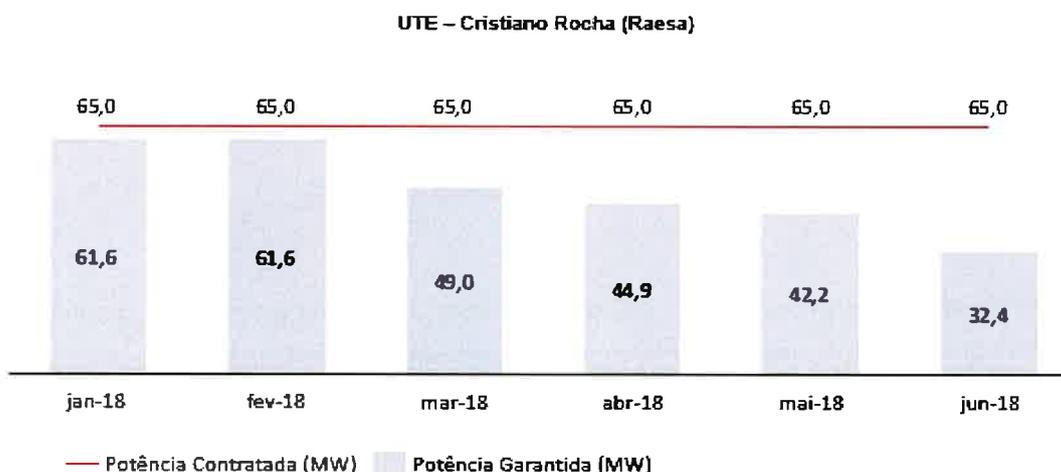


DESEMPENHO OPERACIONAL

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)

A RAESA no período acumulado findo em 30 de junho de 2018 gerou 48,6 MW médios, sendo 75% da potência contratada média (65,0MWmédios). Comparando os dois primeiros trimestres de 2018, sendo o primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018 frente ao segundo trimestre findo em 30 de junho de 2018, a geração de energia foi menor neste segundo trimestre de 2018 em 18%, principalmente pelas manutenções corretivas que se fez necessárias no trimestre.

Com isso a disponibilidade média entre os meses de janeiro até junho de 2018 foi de 74,7%, enquanto que para o mesmo período do ano anterior a disponibilidade média foi de 87,1%. A seguir gráfico ilustrativo apresentando a evolução da potência gerada.



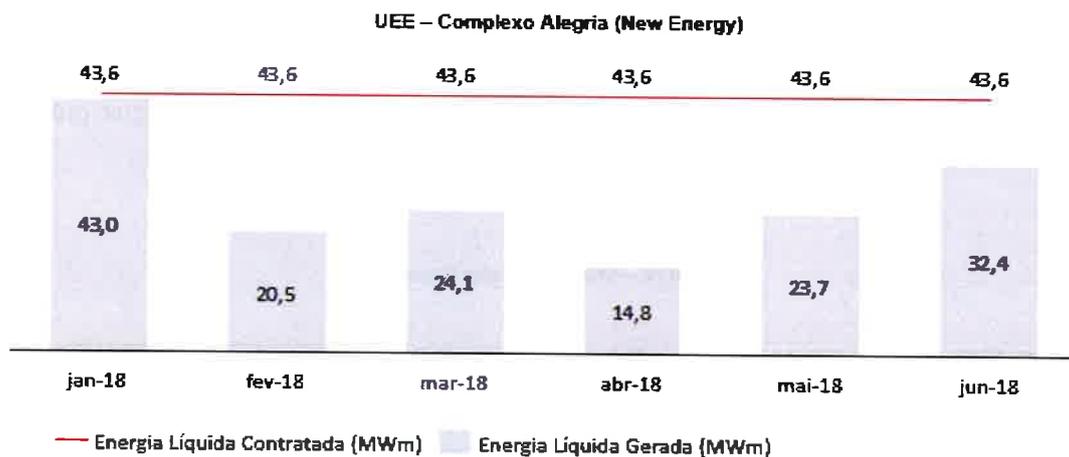
A Usina utiliza óleo diesel esporadicamente, principalmente quando há necessidade de parada prolongada dos motores geradores. Periodicamente os equipamentos que queimam óleo são testados, tais equipamentos como motor *black-start* de emergência e a moto bomba de incêndio. Ressaltando que o óleo Diesel é insumo custeado pela própria empresa e não subsidiada pela conta da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

Durante o mês de junho foram concluídas as manutenções de 72 mil horas de operação do motor 1 e iniciadas as manutenções de 72 mil horas do motor 4, manutenções essas que são necessárias para manter o bom funcionamento e garantir a geração de energia para os próximos ciclos.

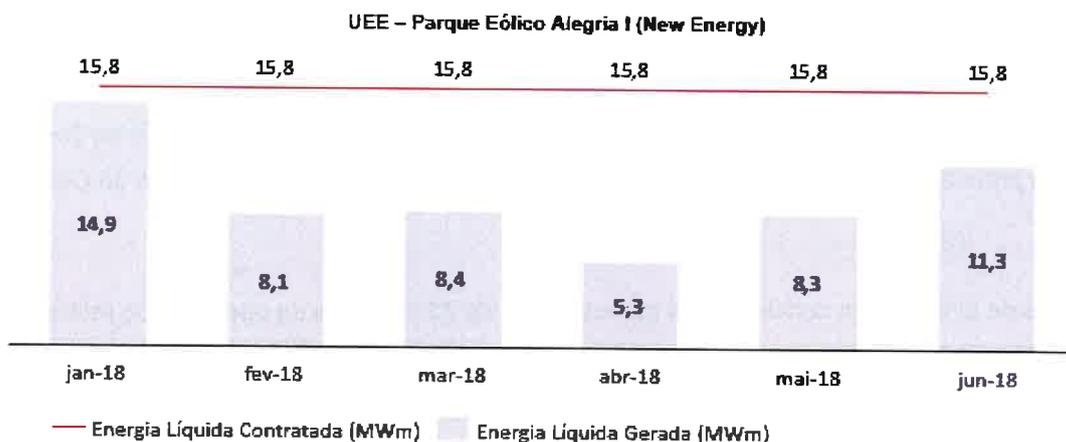


New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO)

A NEO, através do complexo Alegria gerou 26,4 MW médios no período compreendido entre os meses de abril a junho de 2018, devido a curva de ventos da região, como esperado. Comparado com a obrigação média do ano, que é de 43,6 MW médios, a geração no período findo em 30 de junho de 2018, foi menor em 60,0%, entretanto a expectativa do ano é gerar a obrigação contratual média, onde os meses com maiores intensidades de ventos ocorrem no segundo semestre do ano.



O parque Alegria I gerou 8,3 MW médios no segundo trimestre de 2018 e no período acumulado findo em 30 de junho de 2018 gerou 9,4 MW médios. Conforme mencionado anteriormente, a curva de vento para o período analisado é o menor vento do ano, por isso já se esperava pela Companhia a geração média auferida, inclusive é o período onde a Companhia realiza as manutenções preventivas.

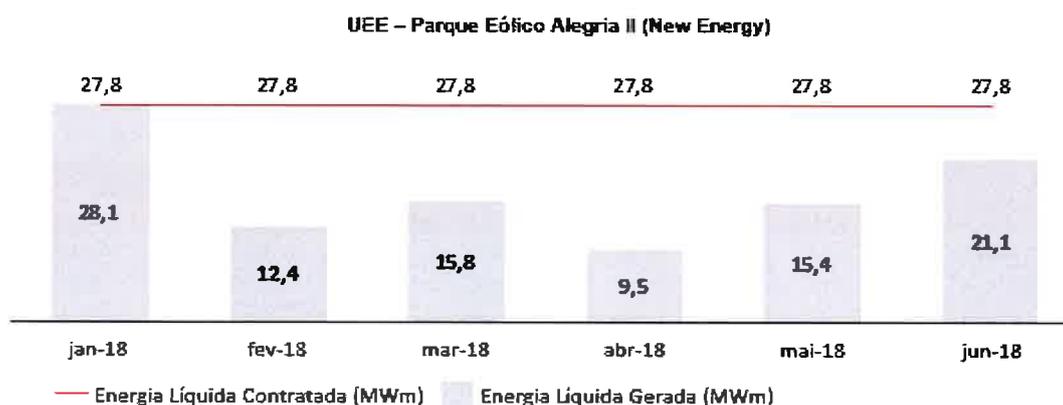




multiner



O parque Alegria II, como o parque Alegria I também sofre o efeito climático causado pelo La Niña, fenômeno este que causa esfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico em virtude do aumento da força dos ventos alísios, que são ventos ocorridos durante todo o mês nas regiões subtropicais. No Brasil, o La Niña provoca com a intensificação das chuvas na Amazônia, e na região Nordeste. Por este motivo, a geração média no período acumulado findo em 30 de junho de 2018 foi de 17,0 MW médios e no segundo trimestre a geração média foi de 15,3 MW médios.



No primeiro trimestre de 2018 foram iniciadas as manutenções periódicas já programadas pela equipe técnica da Companhia e em conjunto com a equipe da Vestas, empresa terceirizada contratada para fazer os serviços de O&M dos parques, as quais foram concluídas neste segundo trimestre do ano.

Também foram realizadas manutenções na subestação do complexo Alegria neste mês de junho de 2018. Além disso foram realizadas inspeções nas pás eólicas, sendo necessário a troca de pás e troca de grandes componentes de turbinas (rolamentos), desta forma os parques estarão totalmente disponíveis para o início dos melhores ventos de ano.



multiner



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas conforme Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

A seguir quadro resumo dos resultados consolidados da Companhia, os quais consideram os resultados das subsidiárias operacionais, não operacionais e da Holding.

DEMONSTRAÇÕES GERENCIAIS DO RESULTADO (Em milhares de R\$)	2T18	2T17	Var. 2T18/2T17	6M18	6M17	Var. 6M18/6M17
Receita Operacional Líquida	43.195	19.662	120%	99.624	36.683	172%
Custos Operacionais	(31.386)	(12.504)	151%	(60.372)	(21.248)	184%
Lucro Bruto	11.809	7.158	65%	39.252	15.435	154%
Despesas Gerais e Administrativas	(7.155)	(6.242)	15%	(13.799)	(13.984)	-1%
Outras Receitas/Despesas	21	68	-69%	121	69	74%
Total Despesas Operacionais	(7.134)	(6.173)	16%	(13.678)	(13.914)	-2%
Resultado antes do Resultado Financeiro	4.675	985	375%	25.574	1.521	1582%
Resultado Financeiro	(40.844)	2.622	-1658%	(73.609)	(5.865)	1155%
Equivalência Patrimonial	(378)	4.362	-109%	(742)	(3.529)	-79%
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social	(36.547)	7.968	-559%	(48.777)	(7.874)	519%
Imposto de renda e contribuição social corrente/diferido	899	1.573	-43%	(274)	40.003	-101%
Incentivos fiscais (SUDENE)	23	-	n.a.	2.246	-	n.a.
Lucro/(Prejuízo) do Período	(35.625)	9.541	-473%	(46.805)	32.129	-246%
Participação dos Não Controladores	(1.548)	(70)	2098%	(851)	(639)	33%
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Sócios Controladores	(34.077)	9.611	-455%	(45.954)	32.768	-240%

Receita Operacional Líquida

(Em milhares de Reais)

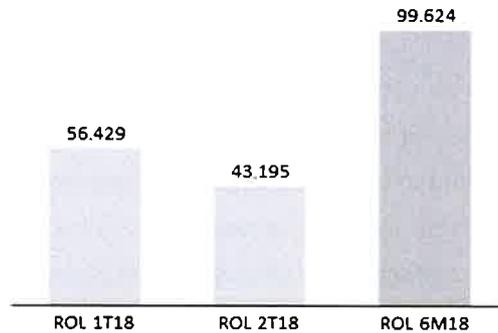
No trimestre findo em 30 de junho de 2018, a receita operacional líquida, foi superior em R\$ 23.533 comparada com o mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 43.195, este aumento substancial deve-se principalmente pela consolidação da NEO na Multiner. Abaixo apresentamos a evolução da receita operacional líquida.



multiner



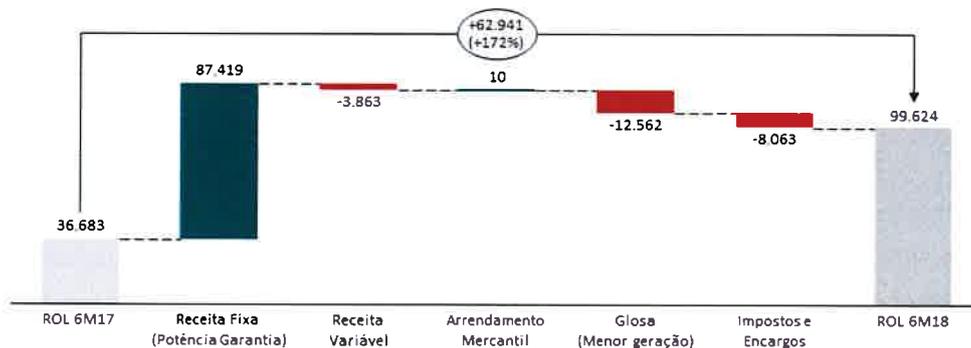
**Composição da Receita Operacional Líquida
(Em milhares de R\$)**



As receitas da NEO são estabelecidas pelo contrato PROINFA, firmado com as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). Já as receitas de RAESA são oriundas do contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A.. Sobre as receitas brutas incidem os impostos de PIS e COFINS, os quais são calculados às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

No período acumulado de seis meses do ano de 2018 a receita operacional líquida atingiu R\$ 99.624, sendo superior ao mesmo período do ano anterior em R\$ 62.941, deste total de receita operacional líquida que a Companhia alcançou no consolidado, a NEO representou 79%.

**Receita Operacional Líquida
(Em milhares de R\$)**



Referente as deduções da receita, 61% devem-se a glosa de receita sofrida pela RAESA devido a menor geração por conta das manutenções corretivas que foram necessárias no primeiro semestre de 2018.



multiner



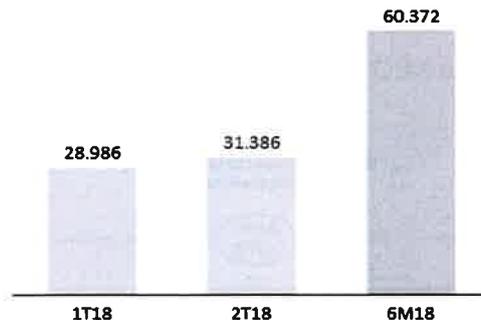
Custos Operacionais

(Em milhares de Reais)

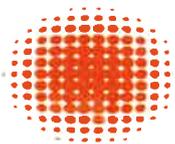
No trimestre findo em 30 de junho de 2018, os custos operacionais atingiram R\$ 31.386, sendo superiores em R\$ 18.882, principalmente pelo efeito da consolidação da NEO na Multiner. Os principais custos do segundo trimestre de 2018, como também foram no primeiro trimestre deste ano, devem-se por conta da depreciação do ativo da NEO (R\$ 11.231), o qual representa 36% dos custos operacionais totais no trimestre findo em 30 de junho de 2018. A depreciação da NEO refere-se ao ativo fixo imobilizado e custos de arrendamentos dos terrenos onde estão instalados os aerogeradores e linha de transmissão do complexo Alegria, contemplando também a amortização de intangível e da mais valia de ativo fixo identificados na obtenção de controle da NEO.

Além da depreciação, houve também aumento de custo com arrendamento de terras da NEO (R\$ 721) e os serviços de O&M no segundo trimestre de 2018 também aumentaram, devido as manutenções periódicas dos motores (RAESA) e aerogeradores (NEO) que totalizaram R\$ 11.061.

Composição dos Custos Operacionais
(Em milhares de R\$)



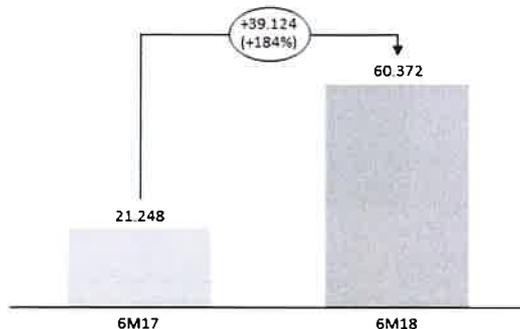
No período acumulado findo em 30 de junho de 2018 os custos operacionais da Companhia totalizaram R\$ 60.372, sendo superior em R\$ 39.124, porém como já mencionado anteriormente, este aumento deve-se pela consolidação da NEO na Multiner. Referente ao total dos custos operacionais, 36% referem-se a depreciação da NEO (R\$ 21.731).



multiner



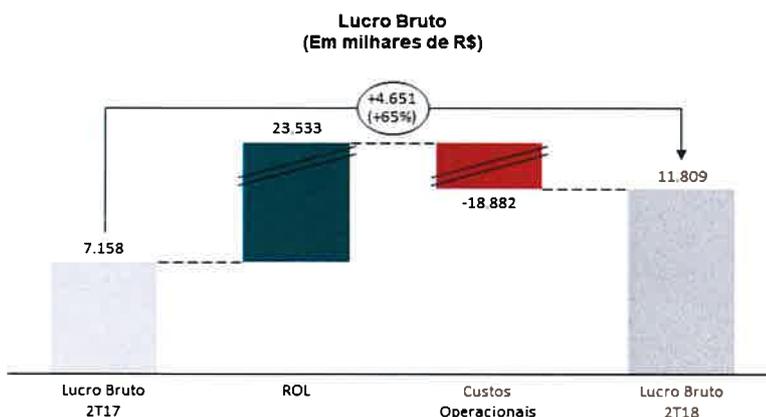
Custos Operacionais (Em milhares de R\$)



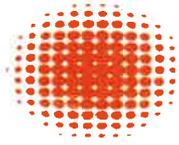
Lucro Bruto

(Em milhares de Reais)

No período findo em 30 de junho de 2018, o lucro bruto atingiu o valor de R\$ 11.809, sendo 65% maior que o mesmo período do ano anterior. Os efeitos percebidos na melhora do lucro bruto devem-se, principalmente, devido a consolidação da NEO na Multiner.



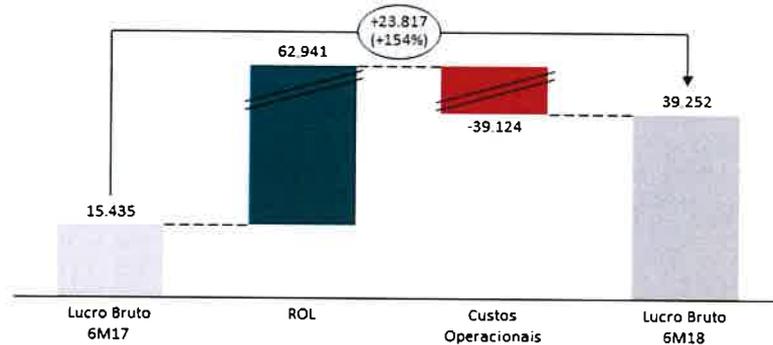
No período acumulado de janeiro a junho de 2018 o lucro bruto da Companhia alcançou R\$ 39.252, sendo superior ao mesmo período do ano anterior em R\$ 23.817, deste total alcançado em 2018 a NEO representou 86% do lucro bruto da Companhia. A NEO tem por obrigação a entrega de energia gerada para o PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas), firmado junto à Eletrobrás, enquanto que a Raesa por sua vez tem contrato junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê a entrega da geração de energia da potência garantida de 65 MW médios.



multiner



Lucro Bruto (Em milhares de R\$)

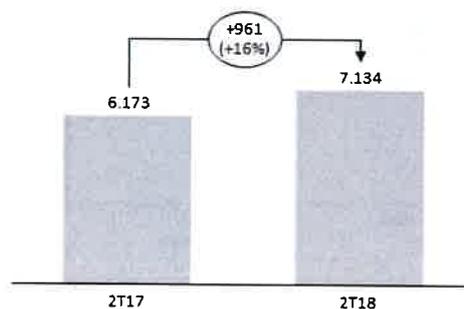


Despesas Gerais, Administrativas e Outras

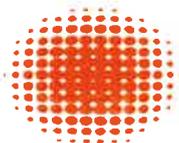
(Em milhares de Reais)

No trimestre findo em 30 de junho de 2018, o total de despesas gerais, administrativas e outras despesas/receitas auferiram R\$ 7.134, enquanto que no mesmo trimestre do período anterior, atingiram R\$ 6.173, a variação a maior deve-se pela consolidação da NEO na Multiner (27%). As principais despesas referem-se as despesas com despesas de pessoal e encargos, contratação de serviços de terceiros: serviços jurídicos e auditorias.

Composição das Despesas Administrativas, Gerais e Outras Despesas (Em milhares de R\$)



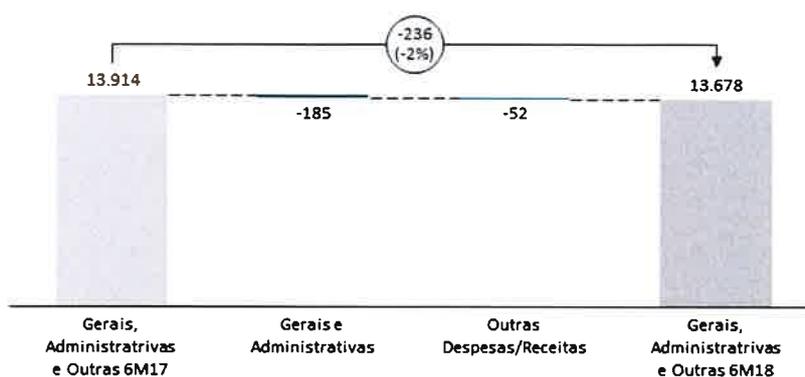
No período acumulado de janeiro a junho de 2018, o total de despesas gerais, administrativas e outras despesas/receitas auferiram R\$ 13.678, fechando o primeiro semestre de 2018 em linha com o mesmo período do ano anterior, mesmo com a consolidação da NEO na Multiner.



multiner



**Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas/Receitas
(Em milhares de R\$)**



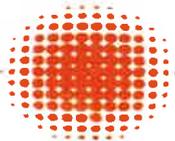
EBITDA

(Em milhares de Reais)

No segundo trimestre de 2018, o EBITDA da Companhia, foi superior em 3 vezes o valor do EBITDA apresentado no mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 22.651, enquanto que o EBITDA do segundo trimestre de 2017 foi de R\$ 7.734. Conforme composição do quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO DO EBITDA (R\$ mil)	2T17	2T18
Receita Operacional Líquida	19.662	43.195
Custos Operacionais	(12.504)	(31.386)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.242)	(7.155)
Outras Receitas/Despesas	68	21
Depreciações/Amortizações	6.749	17.976
EBITDA	7.734	22.651

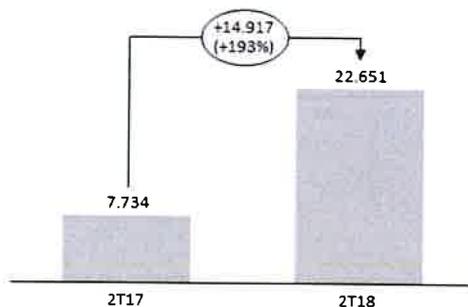
A margem EBITDA do segundo trimestre de 2017 foi de 55%, a margem EBITDA do trimestre findo em 30 de junho de 2018 atingiu 59%, representando crescimento de 4 p.p. comparando os trimestres de 2018 e 2017. A metodologia de cálculo da margem EBITDA, considera-se o EBITDA dividido pela receita operacional líquida.



multiner



EBITDA por Trimestre
(Em milhares de R\$)



O EBITDA acumulado do primeiro semestre de 2018 atingiu R\$ 60.796, sendo superior em R\$ 45.775 comparado com o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA cresceu 9 p.p. quando comparada o primeiro semestre de 2018 e 2017, onde em 2018 a margem EBITDA atingiu 66%, enquanto que no mesmo período do ano anterior fechou em 57%. O gráfico a seguir ilustra as variações do EBITDA do período acumulado de janeiro a junho de 2018.

EBITDA
(Em milhares de R\$)



(1) Considera o Arrendamento Mercantil da Raesa

Resultado Financeiro

(Em milhares de Reais)

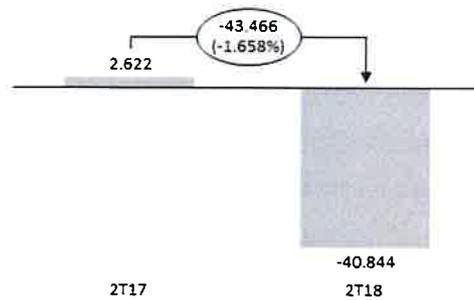
O resultado financeiro do trimestre findo em 30 de junho de 2018, apresentou piora de R\$ 43.466, sendo que no trimestre de 2017 o resultado financeiro da Companhia foi positivo R\$ 2.622 devido ao provisionamento das receitas financeiras terem sido maiores que as despesas financeiras, enquanto que para o mesmo período do ano de 2018 o resultado financeiro fechou o trimestre negativo em R\$ 40.844, principalmente pelo aumento das despesas financeiras por conta da consolidação da NEO na Multiner.



multiner

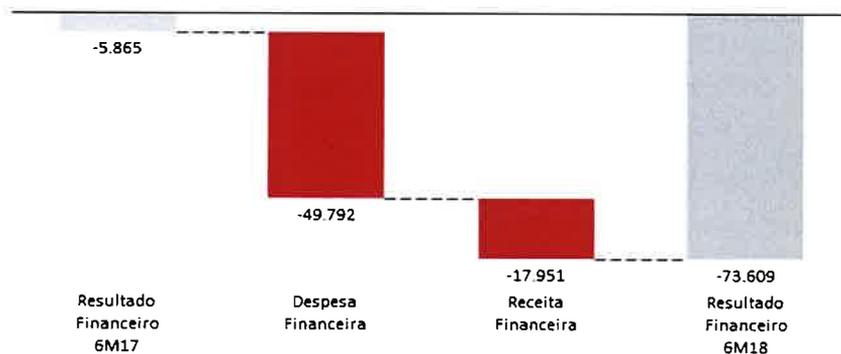


**Resultado Financeiro
(Em milhares de R\$)**



No período acumulado de seis meses o resultado financeiro de 2018 ficou negativo em R\$ 73.609. Já no mesmo período do ano anterior o resultado financeiro foi negativo em R\$ 5.865. O gráfico a seguir, apresenta as variações das receitas e despesas financeiras do período acumulado de seis meses findo em 30 de junho de 2018. O aumento do resultado financeiro negativo deve-se pela consolidação da NEO na Multiner, representando 38% do total de R\$ 73.609. Além do efeito da consolidação da NEO, em 2017 estava sendo reconhecido no resultado financeiro da Companhia os rendimentos referentes aos mútuos, efeito este que não está sendo considerado desde o primeiro trimestre de 2018.

**Resultado Financeiro
(Em milhares de R\$)**



Resultado de Equivalência Patrimonial

(Em milhares de Reais)

No período findo em 30 de junho de 2018, a equivalência patrimonial da Multiner fechou negativa em R\$ 742, apresentando melhora de R\$ 2.787, principalmente, pela consolidação da NEO na Multiner, enquanto que no mesmo período do ano anterior, a equivalência patrimonial fechou negativa em R\$ 3.529.



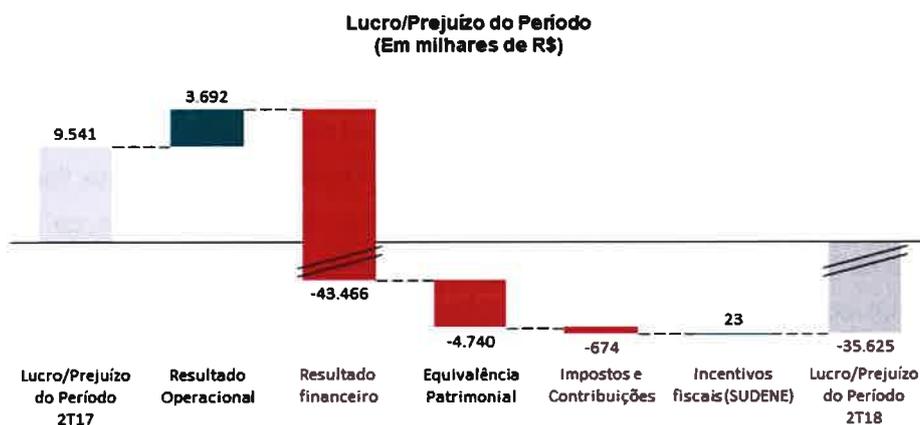
multiner



Lucro/ (Prejuízo) líquido

(Em milhares de Reais)

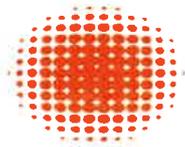
No trimestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado líquido do período fechou negativo em R\$ 35.625, influenciado negativamente pelo resultado financeiro da Companhia, pois o EBITDA, o qual representa o potencial de geração de caixa da atividade fim da Companhia e determina a evolução da produtividade e da eficiência ao longo dos anos, o segundo trimestre de 2018 foi 3 vezes maior que o EBITDA do mesmo trimestre do ano anterior, ou seja, a Companhia está melhorando sua eficiência ano a ano.



No período acumulado de seis meses findo em 30 de junho de 2018, o resultado líquido do período fechou negativo em R\$ 46.805, influenciado pelo resultado financeiro já detalhado anteriormente e o resultado de impostos e contribuições, onde em 2017 foi contabilizado o prejuízo fiscal compensado no PRT/PERT.

Entretanto, o EBITDA foi melhor em R\$ 45.775, o qual representa o potencial de geração de caixa da atividade fim da Companhia e determina a evolução da produtividade e da eficiência ao longo dos anos, o primeiro semestre de 2018 foi 4 vezes maior que o EBITDA do mesmo trimestre do ano anterior, ou seja, a Companhia está melhorando sua eficiência ano a ano.





multiner



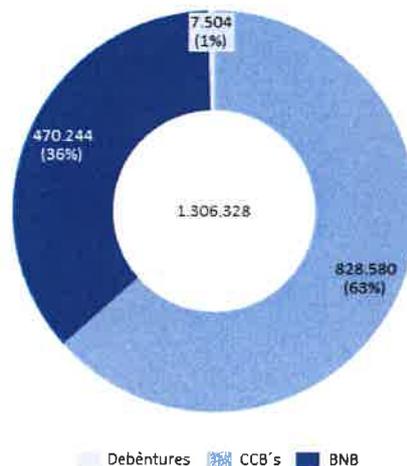
Endividamento

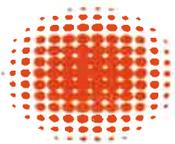
(Em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia tem como base em seu endividamento as CCB's, Debêntures e financiamento com o Banco do Nordeste (BNB). Adicionalmente as dívidas mencionadas, a Companhia detém CCB's de Postalis e Debêntures com a Fundiágua, que estão apresentadas em Outras Obrigações nas informações contábeis intermediárias, pois seriam convertidas em Capital nos termos do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner.

As dívidas, em 30 de junho de 2018 a Companhia, totalizaram R\$ 1.306.328, sendo 63% de CCB's (R\$ 828.580), 36% de financiamento BNB (R\$ 470.244), vale destacar que o financiamento do BNB se refere exclusivamente para financiar os empreendimentos da NEO (Parque Alegria I e Alegria II) e por fim representando 1% do endividamento, as Debêntures com a Bolognesi (R\$ 7.504). O custo médio ponderado do endividamento da Companhia atualmente está em torno de 8,4% a.a. +IGP-M. O endividamento com características conversíveis (CCB's de Postalis e Debêntures Fundiágua) somam atualmente R\$ 391.284, sendo CCB's de Postalis R\$ 377.217 e Debêntures Fundiágua R\$ 14.067.

Saldo da Dívida
(Em milhares de R\$ e %)





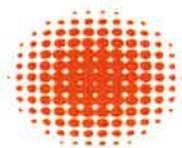
multiner



Balço Patrimonial

(Em milhares de Reais)

Balços Patrimoniais (Em milhares de R\$)					
ATIVO	30/06/18	31/12/17	PASSIVO	30/06/18	31/12/17
CIRCULANTE	283.826	239.327	CIRCULANTE	1.372.974	1.316.457
Caixa e equivalentes de caixa	42.192	16.519	Empréstimos e financiamentos	668.059	632.517
Contas a receber	138.504	149.423	Debêntures	7.504	7.052
Tributos a recuperar	40.605	30.431	Fornecedores	237.115	226.843
Arrendamento mercantil	15.805	15.289	Obrigações sociais e trabalhistas	1.166	990
Estoque	20.938	16.680	Obrigações tributárias	28.920	15.569
Adiantamentos a fornecedores	21.805	7.216	Outras obrigações	430.210	433.486
Outros créditos	3.977	3.769			
NÃO CIRCULANTE	1.804.230	1.863.599	NÃO CIRCULANTE	781.211	805.793
Tributos a recuperar	110.553	103.485	Empréstimos e financiamentos	630.765	650.343
Arrendamento mercantil	155.847	163.864	Obrigações tributárias	51.155	54.414
Contas a receber	28.861	64.298	Provisão para demandas judiciais	14.006	14.006
Depósitos judiciais	499	499	Provisão para desmobilização de ativos	23.341	22.356
Depósitos vinculados	100.416	101.140	Outras obrigações	52.774	56.246
Partes relacionadas	533.269	528.630	Provisão para perda de investimentos	9.170	8.428
Adiantamentos a fornecedores	427	427			
Intangível	123.935	128.874	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(33.081)	12.873
Imobilizado	743.659	765.588	Capital social	855.828	855.828
Bens disponíveis para venda	2.432	2.463	Reserva de capital	543.916	543.916
Propriedades para investimento	4.328	4.328	Prejuízos Acumulados	(1.432.825)	(1.386.871)
Outros créditos	4	3	Acionistas Não Controladores	(33.048)	(32.197)
TOTAL DO ATIVO	2.088.056	2.102.926	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)	2.088.056	2.102.926



multiner



Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em milhares de R\$)	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita operacional líquida	43.195	19.662	99.624	36.683
Custo das vendas e dos serviços prestados	(31.386)	(12.504)	(60.372)	(21.248)
Resultado bruto	11.809	7.158	39.252	15.435
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(7.155)	(6.242)	(13.799)	(13.984)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	68	121	69
Resultado de equivalência patrimonial	(378)	4.362	(742)	(3.529)
Total receitas (despesas) operacionais	(7.512)	(1.812)	(14.420)	(17.444)
Resultado antes do resultado financeiro	4.297	5.346	24.832	(2.009)
Despesas financeiras	(51.456)	(15.793)	(95.584)	(45.791)
Receitas financeiras	10.612	18.415	21.975	39.926
Resultado financeiro, líquido	(40.844)	2.622	(73.609)	(5.865)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.547)	7.968	(48.777)	(7.874)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(22)	(2.151)	(2.117)	(4.117)
Imposto de renda e contribuição social diferido	921	3.724	1.843	44.120
Incentivos fiscais (sudene)	23	-	2.246	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(35.625)	9.541	(46.805)	32.129
Atribuível a:				
Acionistas controladores	(34.077)	9.611	(45.954)	32.768
Acionistas não controladores	(1.548)	(70)	(851)	(639)



multiner



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/03, a Multiner S.A., informa que a prestadora dos serviços de auditoria externa Ernst & Young, prestou serviços à Companhia no trimestre encerrado em 30 de junho de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, os diretores da Multiner S.A. declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 30 junho de 2018.

Edésio Nunes
Diretor Presidente

Emiliano Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Multiner S.A.
Equipe de Relações com Investidores